

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56



## Divulgação de resultados 4T23

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024. O GPA [B3: PCAR3; NYSE: CBD] anuncia o resultado do 4º trimestre de 2023.

Em consequência do processo de descontinuidade das atividades dos hipermercado Extra, em 2021, e do Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), em 2022, conforme divulgado em fatos relevantes e comunicados ao mercado, as atividades destes formatos passaram a ser tratadas contabilmente como operação descontinuada (IFRS 5 / CPC 31). Dessa forma, os efeitos das Demonstrações de Resultado foram ajustados retroativamente, conforme definido pela Deliberação CVM nº 598/09 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

Em agosto de 2023, foi concluída a segregação do Éxito com a distribuição de, aproximadamente, 83% da participação detida pelo GPA aos seus acionistas. Desta forma, a partir desta data, o GPA passou a deter uma participação de 13,3% no capital do Éxito, que consequentemente passou a ser contabilizada na linha de aplicações financeiras no ativo circulante. Em janeiro de 2024, foi concluída a alienação pelo GPA da participação remanescente no Éxito. Os comentários a seguir referem-se ao resultado das operações em continuidade, com a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e comparações relativas ao mesmo período de 2022, exceto onde indicado de outra forma.

Consistência e melhoria contínua dos resultados, com margem EBITDA Ajustado de 7,7% no trimestre - melhor resultado em oito trimestres, e geração de caixa operacional de R\$ 907 milhões em 2023

- **R\$ 907 milhões de geração de Caixa Operacional<sup>(1)</sup>** em 2023, melhor de R\$ 1,4 bilhão vs. 2022, que apresentou deterioração de R\$ (532) milhões;
- **Crescimento de 6,3% da receita bruta** das operações vs. 4T22;
  - o Aumento de 6,0% no Pão de Açúcar e 19,3% no formato Proximidade;
  - o Forte crescimento acima de 20% na operação de e-commerce;
- **Aumento de 4,3% nas vendas mesmas lojas** vs. 4T22, suportada por crescimento do volume diante do cenário de deflação em categorias relevantes;
  - o Crescimentos de 4,2% no Pão de Açúcar e 5,6% no formato Proximidade;
- **Quinto trimestre consecutivo de evolução do market share<sup>(2)</sup>** com avanço de 0,3 p.p. vs. 4T22;
- **Margem Bruta de 25,7%**, evolução de 3,1 p.p. vs. 4T22 e 0,6 p.p. vs. 3T23;
- **Margem EBITDA Ajustado<sup>(3)(4)</sup> de 7,7%**, aumento de 1,8 p.p. vs. 4T22 e 0,7 p.p. vs. 3T23;
- **Redução de R\$ 0,7 bilhão da dívida líquida com diminuição de 0,8x da alavancagem<sup>(5)</sup>** vs. 3T23. Posição de caixa de R\$ 3,0 bilhões, correspondente a 3,1x a dívida de curto prazo.

DRE (R\$ milhões, exceto quando indicado)	GPA					
	4T23	4T22	Δ %	12M23	12M22	Δ %
Receita Bruta	5.627	5.295	6,3%	20.617	18.531	11,3%
Receita Líquida	5.257	4.900	7,3%	19.250	17.321	11,1%
Lucro Bruto	1.349	1.107	21,9%	4.817	4.302	12,0%
Margem Bruta	25,7%	22,6%	3,1 p.p.	25,0%	24,8%	0,2 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(988)	(852)	15,9%	(3.678)	(3.296)	11,6%
% da Receita Líquida	18,8%	17,4%	1,4 p.p.	-19,1%	-19,0%	-0,1 p.p.
Equivalência Patrimonial Operações Nacionais	15	10	53,0%	51	44	15,6%
EBITDA Ajustado GPA Brasil <sup>(6)(8)</sup>	404	291	38,8%	1.305	1.146	13,9%
Margem EBITDA Ajustado GPA Brasil <sup>(3)(4)</sup>	7,7%	5,9%	1,8 p.p.	6,8%	6,6%	0,2 p.p.
Equivalência Patrimonial Operações Internacionais <sup>(6)</sup>	0	(54)	n.d.	717	(249)	n.d.
EBITDA Ajustado GPA Consolidado <sup>(6)</sup>	404	236	70,7%	2.022	897	125,4%
Margem EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup>	7,7%	4,8%	2,9 p.p.	10,5%	5,2%	5,3 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(89)	(315)	-71,6%	(213)	(435)	-50,9%
Lucro Líquido Controladores - Operações Continuadas	(87)	(272)	-67,9%	85	(863)	n.d.
Margem Líquida - Controladores - Operações Continuadas	-1,7%	-5,6%	3,9 p.p.	0,4%	-5,0%	5,4 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Descontinuadas <sup>(7)</sup>	(216)	(830)	-74,0%	(2.356)	691	n.d.
Lucro Líquido Controladores Consolidado <sup>(8)</sup>	(303)	(1.102)	-72,5%	(2.271)	(172)	1222,1%

(1) Fluxo de Caixa Operacional Gerencial; (2) Em comparação com vendas totais do mercado de autosserviço Brasil medido pela consultoria Nielsen; (3) GPA Brasil exclui impactos do perímetro internacional (Cnova); (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização ajustado pelas Outras Desp. e Rec. Oper.; (5) Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado GPA Brasil últimos 12 meses; (6) No 4T23 venda da totalidade da participação detida na Cnova e consequente resultado nulo da equivalência internacional. No 3T23 efeito não recorrente e não caixa de R\$ 804 milhões com reversão da provisão de resultados negativos acumulados da Cnova, a qual não impactou a geração de caixa de R\$ 907 milhões em 2023; (7) Inclui resultado da operação descontinuada de hipermercado e do Grupo Éxito; (8) Considera resultados das operações continuadas e descontinuadas.

## Vendas de participações societárias

- Em 16 de outubro de 2023, o Conselho de Administração do GPA aprovou a celebração de um pré-acordo para a venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Éxito de 13,3% por US\$ 156 milhões (R\$ 789 milhões) para o Grupo Calleja, detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador, no âmbito de uma Oferta Pública de Ações (OPA) lançada pelo Grupo Calleja na Colômbia e Estados Unidos. Acesse o fato relevante com mais detalhes no [link](#). Em janeiro de 2024, a OPA foi concluída e a Companhia anunciou o recebimento de R\$ 789 milhões. Dessa forma, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação remanescente de 13,3% detida no Éxito. Acesse o fato relevante com mais detalhes no [link](#);
- Em 27 de novembro de 2023, a Companhia concluiu a venda da totalidade da participação societária indireta de 34% do capital social da Cnova para seu acionista controlador Casino Guichard Perrachon. O valor da transação foi de R\$ 53,5 milhões. Acesse o fato relevante com mais detalhes no [link](#);

## Mensagem do CEO

O ano de 2023 foi de consolidação e confirmação da assertividade do projeto de *turnaround* do GPA iniciado um ano antes, com foco no "básico bem-feito". Os resultados que atingimos em 2023 refletem, também, o engajamento de todos os nossos colaboradores para alcançarmos o objetivo de reconstruir nossa Companhia à posição de referência no varejo alimentar no Brasil. Com muito foco e disciplina, conseguimos evoluir em cada um dos seis pilares estratégicos - Top Line, Clientes, Digital, Expansão, Sustentabilidade e ESG & Cultura - para termos uma operação cada vez mais rentável, colocarmos em prática os nossos valores e cumprirmos com o nosso propósito de "Alimentar sonhos e vidas".

Superamos desafios importantes, como a finalização da transição do extinto modelo de hipermercado. Realizamos um forte trabalho com foco em rentabilidade, com a redução de despesas e de quebra. Conduzimos um grande projeto de gestão de categorias, para colocar o produto certo na loja correta, chegando a um nível de disponibilidade do produto de 95%, *benchmark* para o varejo brasileiro. Definimos novas diretrizes para a nossa atuação multicanal, transformando a loja física em uma *hub* de distribuição de produtos. Retomamos a expansão orgânica de lojas e fizemos o saneamento e a definição de metas únicas para toda a Companhia; assim, todos juntos, trabalhamos em uma única direção, para alcançar um único resultado.

A diretrix de colocar o(a) cliente verdadeiramente no centro das nossas decisões resultou em um avanço do nosso NPS em 10 pontos, vs. o 4T22, e em destaques em melhoria de serviço. Investimos em frentes variadas, a começar pelo treinamento de 100% da nossa equipe de lojas para que todos estejam conectados com a nossa cultura e estratégia.



Abriamos 61 novas lojas em 2023, sendo a maior parte delas de proximidade, com a bandeira Minuto Pão de Açúcar. No e-commerce, fizemos uma grande mudança operacional, migrando 100% dos pedidos para separação e entrega realizadas diretamente pelas lojas, integrando o e-commerce com a operação de lojas. Tivemos crescimento de mais de 20% da receita do e-commerce no 4T23 vs. 4T22 e margem de contribuição positiva, sustentado por um importante processo de ganho de eficiência, que nos permitiu reduzir despesas com crescimento de vendas.

Com tudo isso, temos observado um crescente reconhecimento dos(as) nossos(as) clientes, e consequente ganho de *market share*. Registramos, no 4T23, um acréscimo de 0,3 p.p. em relação ao 4T22, segundo dados da Nielsen no mercado de autosserviço - o quinto trimestre consecutivo de avanço. Importante ressaltar que esse avanço no *market share*, ocorreu concomitantemente ao aumento da nossa rentabilidade, demonstrando o reconhecimento da nossa proposta de valor pelo cliente.

Podemos celebrar o 4T23 também pela melhoria de nossos indicadores de rentabilidade. Além do trabalho de controle de custos e despesas, redução de quebras e a adoção do Orçamento Base Zero, o sucesso do processo de venda de ativos não core foi fundamental para melhorar a estrutura de capital da Companhia. O EBITDA ajustado, totalizou R\$ 404 milhões, com margem de 7,7%, uma evolução de 1,8 p.p. vs. o ano anterior. Os indicadores financeiros demonstram que temos importantes passos em direção a um negócio cada vez mais saudável e com resultados consistentes e sustentáveis. Ainda, com a decisão de vendermos o restante de nossas ações no Éxito e a participação que detinhamos no capital da Cnova, voltamos a ser uma empresa 100% brasileira, focada no mercado alimentar nacional, muito mais preparada para continuar crescendo.

As realizações de 2023 ampliam nossa convicção de que estamos avançando no caminho certo. Com consistência e clareza sobre nosso objetivo estratégico, seguimos construindo uma cultura forte que vem sendo o alicerce de todo o nosso trabalho.

Vemos 2024 como o ano de aceleração de ganhos, consolidação da nossa posição no mercado *premium*, fortalecimento das nossas bandeiras de proximidade e de *mainstream*, ainda contabilizando os ganhos da melhoria da estrutura de capital. Chegamos neste ano mais fortes e com uma proposta de valor aprimorada, o que nos permitirá continuar entregando resultados consistentes aos(as) nossos(as) stakeholders.

Marcelo Pimentel  
Diretor Presidente do GPA

## Desempenho de Vendas

Crescimento de vendas total e mesmas lojas superior ao mercado alimentar de autosserviço

RECEITA BRUTA (R\$ milhões)	4T23		Variação 4T23/4T22	
	Vendas totais	Participação das vendas (%)	Total lojas	Mesmas lojas(3)
Pão de Açúcar	2.602	46,2%	6,0%	4,2%
Extra Mercado(1)	1.711	30,4%	1,0%	2,0%
Proximidade	870	15,5%	19,3%	5,6%
Outros negócios(2)	70	1,2%	-16,2%	n.d.
<b>GPA ex Postos</b>	<b>5.254</b>	<b>93,4%</b>	<b>5,9%</b>	<b>3,6%</b>
Postos	373	6,6%	12,0%	14,6%
<b>GPA</b>	<b>5.627</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,8%</b>	<b>4,3%</b>

(1) As lojas remanescentes do Compre Bem foram convertidas para Extra Mercado entre julho e agosto de 2023; (2) Receitas provenientes principalmente do aluguel de galáxias comerciais - Sixt Fidelity, Helix e James Delivery; (3) Para refletir o efeito calendário foi acrescido 0,7 p.p. no 4T23.

As vendas totais atingiram R\$ 5,6 bilhões no 4T23, resultando em um aumento de 6,3%, impulsionado pelo aumento de 19,3% do formato de Proximidade com a abertura de 56 lojas em 2023 (sendo 11 lojas no 4T23) que apresentaram maturação acelerada (em média, sete meses). O crescimento foi mais uma vez superior ao crescimento do mercado de autosserviço, com aumento de 0,3 p.p. de *market share*, apesar da forte base de comparação em relação ao 4T22, no qual já tínhamos o efeito positivo das conversões de parte das lojas de hipermercado em supermercados.

Crescimento das Mesmas Lojas	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
Pão de Açúcar	0,1%	4,2%	5,5%	6,7%	7,5%	8,6%	7,2%	4,2%
Extra Mercado	0,6%	4,8%	2,0%	4,1%	2,2%	3,5%	2,5%	2,0%
Proximidade	5,5%	13,6%	21,7%	17,3%	12,4%	5,8%	7,7%	5,6%
Postos	-16,7%	-10,8%	-21,9%	-28,4%	-7,0%	-3,5%	18,6%	14,6%

No Pão de Açúcar, as vendas mesmas lojas cresceram 4,2%, continuando a sequência de evoluções positivas observadas desde o 1T22, sendo esse aumento, mais uma vez, impulsionado pelo volume das vendas. Assim como nos trimestres anteriores, as categorias de perecíveis foram o destaque da bandeira, impulsionada por FLV (frutas, verduras e legumes) e Padaria & Rotisserie. Em mercearia, categorias como Saúde & Beleza e Limpeza apresentaram forte aumento de vendas, com consequência direta da implementação do projeto de gestão de categorias e revisão de sortimento e preços, que resultou no aumento do *share of wallet* dos clientes com a bandeira. Por fim, vale mencionar o contínuo aumento da base de clientes Premium & Valiosos, pilar estratégico para o aumento de vendas e rentabilidade, com crescimento de 9,5% vs. o ano anterior.

No Extra Mercado, o aumento de vendas das mesmas lojas atingiu 2,0%, refletindo a mesma tendência observada nas outras bandeiras no 4T23 em relação ao 3T23. Assim como no trimestre passado, as categorias de perecíveis apresentaram incremento acima da média, com crescimento de volume, apesar da forte deflação comercial - Sixt Fidelity, Helix e James Delivery; (3) Para refletir o efeito calendário foi acrescido 0,7 p.p. no 4T23.

Apesar da forte deflação comercial, em 2023, tivemos avanços relevantes na bandeira com a melhoria expressiva da experiência dos clientes (+13 pontos no NPS), melhoria da rentabilidade (conversão da bandeira Compre Bem e ganhos de eficiência em despesas) e o início da jornada de fortalecimento da marca. Em 2024, o nosso foco será no aumento do *share of wallet* dos clientes com a bandeira, por meio da implementação do projeto de gestão de categorias e revisão de sortimento e preços. Iniciamos a implementação do projeto no Extra Mercado no 4T23 e, ao longo do primeiro semestre de 2024 teremos a execução comercial, junto aos fornecedores, e operacional, com ajustes nas lojas, objetivando a captura de ganhos em ruptura, estoque e, principalmente, experiência do cliente com melhor imagem de preço e aumento da competitividade da bandeira.

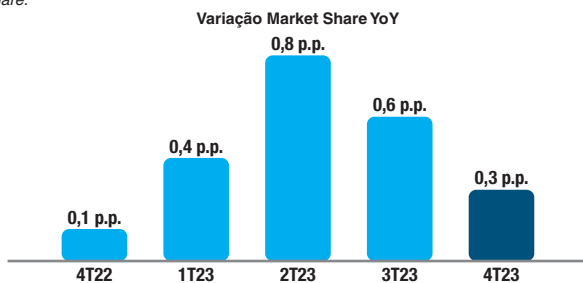
No formato de Proximidade, apresentamos um forte crescimento no total lojas de 19,3% quando comparado ao 4T22, alcançado pela boa performance das novas lojas. Na comparação mesmas lojas, apresentamos aumento de 5,6%, em cima de uma forte base de comparação do 4T22. A revisão completa de sortimento ainda está em curso no formato de Proximidade e deverá ser concluída no primeiro semestre de 2024. Esta revisão permitirá uma melhoria expressiva na assertividade do produto oferecido ao cliente e acreditamos que contribuirá positivamente com as vendas do formato. O formato de proximidade está em posição privilegiada, com avanço da expansão orgânica, escala operacional e proposta de valor diferenciada, para acelerar ainda mais seu crescimento com a retomada das condições de mercado.

Em Postos, observamos um forte avanço mesmas lojas de 14,6% vs. 4T22. Este resultado é consequência, principalmente, do crescimento de volume (+9,1%), impactado, também, pela reabertura de algumas lojas de hipermercado vendidas ao Assaí (nos postos que estão dentro do complexo destas lojas).

## Consistência do ganho de market share em todos os formatos

Cinco trimestres consecutivos de aumento do market share

Desde abril de 2022, com o início do plano de *turnaround* da Companhia, temos mantido a disciplina e a consistência na execução para as entregas dos objetivos baseados nos seis pilares estratégicos, resultando em um crescente reconhecimento dos nossos clientes, o que pode ser observado pelos avanços relevantes em ganhos de *market share*.



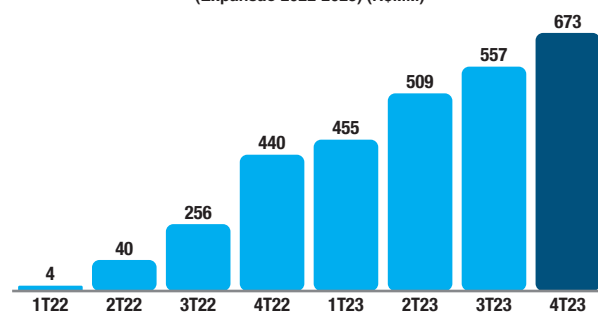
No 4T23, crescemos 0,3 p.p. nosso *market share* em relação ao ano anterior, sendo este o quinto trimestre consecutivo de aumento, segundo dados da consultoria Nielsen, considerando o mercado de autosserviço Brasil. Em 2023, acumulamos ganho de 0,5 p.p. no *market share* na comparação com o mercado de autosserviço, sendo a maior parte deste avanço conquistado na bandeira Pão de Açúcar, onde colocamos o maior foco na execução dos planos estratégicos durante o ano. Cabe ressaltar a perenidade da evolução do *market share*, que além dos avanços sequenciais observados nos últimos cinco trimestres, ocorreu concomitantemente ao aumento da rentabilidade operacional, demonstrando, assim, a melhoria na experiência do cliente e a aderência da nossa proposta de valor.

O Pão de Açúcar apresentou uma evolução de 0,2 p.p. vs. o mercado de autosserviço no 4T23 em comparação com o ano anterior. A consistência no aumento do *market share* é resultado, principalmente, de avanços nas categorias de perecíveis, com a captura de novos clientes e crescimento da base de clientes Premium & Valiosos. O Extra Mercado, por sua vez, permanece estável na comparação com a mesma base. O formato de proximidade, com as bandeiras Minuto Pão de Açúcar e Mini Extra, é o maior destaque na conquista de *market share*, com ganho de 2,9 p.p. na comparação com os supermercados de pequeno porte na grande SP, reforçando o sucesso da proposta de valor entregue aos clientes neste formato.

## Expansão: 61 lojas inauguradas em 2023, sendo 12 lojas no 4T23

R\$ 673 milhões de venda incremental no trimestre gerada pelas lojas inauguradas desde 2022

O foco da nossa expansão de lojas é o formato de proximidade, com a bandeira Minuto Pão de Açúcar. Esta bandeira já possui formato maduro, escalável e com alto potencial de capilaridade, prevendo o adensamento e verticalização da cidade e região metropolitana de São Paulo. As lojas, focadas no público A/B, estão em pontos de alta qualidade, e apresentam rápida maturação, em média de sete meses, e alta performance, com as safras de 2022 e 2023 superando as margens das lojas antes inauguradas, e com rentabilidade média superior à rentabilidade consolidada da Companhia.

Vendas Trimestrais  
(Expansão 2022-2023) (R\$MM)

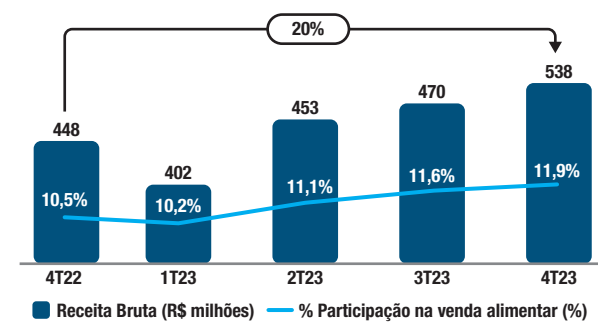
No 4T23, inauguramos 12 lojas, sendo: (i) 11 no formato proximidade, 9 do Minuto Pão de Açúcar e 2 do Mini Extra; e (ii) 1 do Pão de Açúcar, localizada na cidade de Itu, SP. Ao final de 2023, acumulamos 61 novas lojas, sendo: (i) 56 no formato proximidade, 49 do Minuto Pão de Açúcar e 7 do Mini Extra; e (ii) 5 do Pão de Açúcar.

Destacamos que 2023 representou a retomada da expansão da bandeira Pão de Açúcar após anos sem novas aberturas. Esse é um movimento importante para a bandeira, que volta a oferecer sua proposta de valor em regiões com grande potencial de crescimento.

## Forte crescimento do e-commerce e sucesso do modelo 100% ship from store

20% de aumento da receita, a melhor taxa de crescimento dos últimos seis trimestres

No 4T23, apresentamos crescimento de 20% na receita do e-commerce, uma aceleração em relação aos trimestres anteriores. A penetração atingiu 11,9% da venda alimentar total, representando um aumento de 1,4 p.p. em relação ao ano anterior. Ambos os canais, 1P e 3P, apresentaram forte aumento das vendas de dois dígitos.



Em 2023, atingimos R\$ 1,9 bilhão em vendas no e-commerce, consolidando o GPA como líder no varejo alimentar digital no Brasil. Dentre os avanços conquistados em 2023, destacamos a migração de 100% das vendas para *ship from store*, o que tem nos possibilitado a aumentar a penetração de perecíveis no canal 1P, que passou de 27% (4T22) para 33% (4T23), sendo este um pilar fundamental de diferenciação da nossa proposta de valor.

O e-commerce passou por um processo relevante de ganho de eficiência nos últimos trimestres, o que permitiu uma redução das despesas sem impacto no crescimento das vendas, resultando em uma evolução positiva da margem de contribuição. Dentre as iniciativas, destacamos: (i) incorporação da plataforma James como roteador das nossas entregas 1P (4T22); (ii) redução de *sellers* com menor rentabilidade no *marketplace* (1T23); e (iii) migração de 100% das vendas dos Centros de Distribuição para as lojas (2T23). Essa última iniciativa permitiu uma integração completa entre o e-commerce e a operação nas lojas, com venda incremental para as lojas e redução relevante da estrutura de despesas.

## Clientes &amp; NPS: Significativa melhoria na satisfação do cliente

Maior satisfação do cliente é traduzida em maior fluxo e recorrência

A consistência do foco no cliente no centro das decisões continua produzindo avanços importantes no NPS em todas as nossas bandeiras. No 4T23, atingimos 76 pontos no NPS, considerando todas as bandeiras, uma forte evolução de 10 pontos nos últimos 12 meses, com destaques para as melhorias alcançadas na percepção de preço e tempo de espera na fila dos caixas. Cabe ressaltar também a excelente percepção dos clientes em relação à qualidade dos produtos e do atendimento em loja. Essa forte evolução do NPS permite todas as nossas bandeiras e, portanto, continuamos a enxergar oportunidades para continuarmos evoluindo ao longo de 2024.

No Pão de Açúcar, após o relançamento do Programa Mais, continuamos observamos crescimento de clientes Gold e Black, classificações com maior nível de fidelização. Esse aumento continua impulsionando avanços do número de clientes Premium & Valiosos, grupo com maior frequência de compra e maior gasto mensal, que apresentou aumento de 9,5%, evidenciando a efetividade do novo programa na geração de valor para o cliente. Continuamos avançando na nossa comunicação com os clientes com o investimento na ferramenta CDP - *Customer Data Platform*, que vai nos permitir personalizar ainda mais a experiência do cliente em maior escala, e potencializar a nossa base de clientes Premium & Valiosos e as vendas no e-commerce.

Ainda no tema fidelização do cliente, temos uma posição privilegiada em Marcas Próprias e um grande potencial para o desenvolvimento desta plataforma, que está conectada com a forte confiança que os nossos clientes têm em nossas bandeiras. A proposta de valor em Marcas Próprias tem como objetivo entregar ao cliente produtos de alta qualidade, comparáveis ao líder da categoria, com preço extremamente competitivo. Em 2023, aceleramos o desenvolvimento de novos produtos, o que culminou em mais de 300 lançamentos, aumentamos as vendas em 14,3% vs. 2022, atingindo a marca de R\$ 4,2 bilhões em vendas, e alcançamos uma penetração de 21,6% na venda total das nossas bandeiras. A alta fidelização gerada com os clientes pode também ser medida na relevante participação que as Marcas Próprias têm nas cestas dos clientes, sendo que 8 em cada 10 clientes consomem as nossas marcas, com destaque para a frequência média 2,4 vezes maior destes clientes em relação àqueles que ainda não compram Marca Própria.

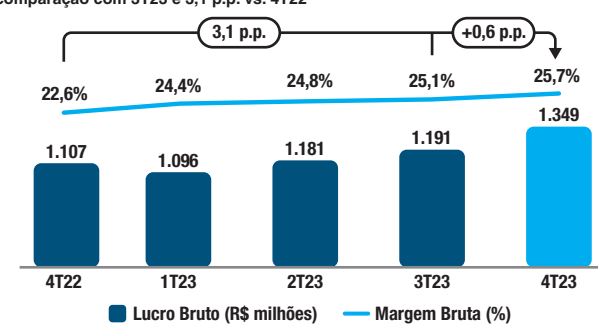
Destacamos também a Stix, a plataforma de coalizão de fidelidade do GPA em sociedade com a Raia Drogasil, que reúne os parceiros Pão de Açúcar, Extra, Droga Raia e Drogasil, Sodimac e C&A e que fechou 2023 com 5,5 milhões de clientes ativos, sendo que 62% destes utilizam pontos em dois ou mais parceiros. Em 2023, foram 20 bilhões de pontos resgatados, dos quais 8 bilhões no GPA. Ressaltamos que 82% dos pontos resgatados no GPA foram utilizados como forma de pagamento ("Stix no caixa"), demonstrando o forte potencial de fidelização da plataforma.

Em dezembro de 2023, a Stix firmou uma nova parceria estratégica com a Livelo, maior programa de recompensas do Brasil, com mais de 40 milhões de inscritos, desta forma os clientes Livelo estão habilitados, por meio do PagStix, para fazerem resgates de seus pontos nos parceiros Stix. Essa nova parceria estratégica tem grande potencial para GPA, sendo que, já em seu primeiro mês de operação, foi responsável por dobrar os pontos Stix resgatados em compras no GPA.

## Desempenho Financeiro

Aceleração dos ganhos na margem bruta

Sólida expansão de 0,6 p.p. na comparação com 3T23 e 3,1 p.p. vs. 4T22



O Lucro Bruto totalizou R\$ 1,3 bilhão no 4T23, com margem de 25,7%, demonstrando melhora de 3,1 p.p. e 0,6 p.p. em relação ao 4T22 e 3T23, respectivamente. A contínua evolução do Lucro Bruto na comparação com o ano anterior é resultado, principalmente, de uma melhora expressiva nas negociações comerciais, redução da quebra e ganhos de eficiência em custos de operação. Em relação ao 3T23, além da melhora em negociações comerciais, apresentamos uma maior diluição dos custos logísticos, com ganhos de escala decorrentes do aumento do volume da operação.

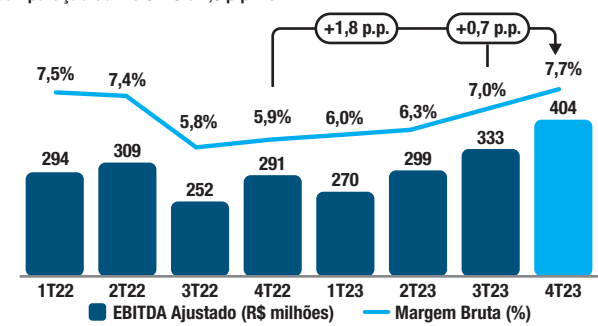
As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 988 milhões no trimestre, representando 18,8% da receita líquida, sendo esse o menor patamar alcançado no ano, refletindo uma redução de 0,2 p.p. em comparação ao 3T23. Na comparação com o 4T22, houve um aumento de 1,4 p.p. como percentual da receita líquida, principalmente relacionado com despesas de loja para a melhora da experiência dos clientes.

A Equivalência Patrimonial totalizou R\$ 15 milhões no 4T23, um aumento de R\$ 5 milhões, devido substancialmente à mudança do programa de pontos do cartão Pão de Açúcar, e redução de custos com PDD e *fundring* (FIC). Cabe ressaltar que, a partir do 4T23, com a venda da participação detida pelo GPA na Cnova, a equivalência patrimonial consolidada passou a não apresentar mais o impacto dos prejuízos gerados pela Cnova, passando a refletir apenas os resultados gerados pela FIC.

Como resultado dos efeitos mencionados acima, o EBITDA Ajustado do GPA foi de R\$ 404 milhões, representando um crescimento de 39% vs. 4T22, e margem EBITDA Ajustado de 7,7%, apresentando melhora de 0,7 p.p. vs. 3T23. Na comparação com o 4T22, a margem EBITDA Ajustado apresentou avanço de 1,8 p.p., em consonância com o processo de *turnaround* da Companhia.

Melhor margem EBITDA Ajustado dos últimos oito trimestres

Sólida expansão de 0,7 p.p. na comparação com o 3T23 e 1,8 p.p. vs. 4T22



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56



\* continuação

## LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO CONTINUADO E DESCONTINUADO

O Prejuízo Líquido Continuído atingiu R\$ (87) milhões no 4T23, vs. um prejuízo de R\$ (272) milhões no mesmo período do ano passado. A redução do prejuízo deve-se à melhora do EBITDA Ajustado e das Outras Receitas e Despesas Operacionais.

O Prejuízo Líquido Descontínuo alcançou R\$ (216) milhões, principalmente, devido ao impacto do provisionamento para: (i) contingências trabalhistas do Extra Hiper, e (ii) encerramento de um contrato para compra de energia elétrica no mercado livre, referente ao excedente de energia contratada relacionada a atividades descontinuadas.

## VARIACÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

O GPA apresentou uma redução da dívida líquida de R\$ 721 milhões no 4T23 vs. o 3T23, principalmente devido a um Fluxo de Caixa Livre Operacional (Fluxo de Caixa Operacional deduzido do CAPEX), de R\$ 981 milhões e à venda de ativos não core totalizando R\$ 113 milhões, contrabalançados, parcialmente, por um consumo de caixa de R\$ (200) milhões em outras receitas e despesas operacionais e por R\$ (174) milhões de custo financeiro líquido. No ano de 2023, a Companhia também apresentou Fluxo de Caixa Livre Operacional positivo de R\$ 181 milhões, uma melhora de R\$ 1.769 milhões em comparação com o ano de 2022. Em 2023, houve também uma geração de caixa de R\$ 792 milhões com vendas de ativos não core e R\$ 250 milhões com dividendos recebidos do Exitó. Esses valores foram absorvidos por R\$ (681) milhões de outras receitas e despesas operacionais e R\$ (735) milhões de custo financeiro líquido, resultando em um aumento na dívida líquida de R\$ 193 milhões.

VARIACÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA - ABERTURA GERENCIAL (R\$ milhões)	GPA					
	4T23	4T22	Δ R\$	12M23	12M22	Δ R\$
Fluxo de Caixa Operacional antes do IR e Capital de Giro <sup>(1)</sup>	169	52	117	416	4	412
Imposto de Renda Pago	-	-	-	-	-	-
<b>Varição do capital de giro de mercadorias</b>	<b>728</b>	<b>810</b>	<b>(82)</b>	<b>206</b>	<b>(383)</b>	<b>588</b>
Varição em Estoques	43	(64)	107	95	270	(175)
Varição em Fornecedores	801	958	(156)	162	(591)	752
Varição em Recebíveis	(116)	(84)	(32)	(51)	(62)	11
<b>Varição em outros ativos e passivos operacionais</b>	<b>248</b>	<b>264</b>	<b>(16)</b>	<b>286</b>	<b>(153)</b>	<b>439</b>
<b>Fluxo de Caixa Operacional</b>	<b>1.145</b>	<b>1.126</b>	<b>20</b>	<b>907</b>	<b>(532)</b>	<b>1.439</b>
Capex ajustado por BTS <sup>(2)</sup>	(164)	(289)	125	(726)	(1.056)	330
<b>Fluxo de Caixa Livre Operacional</b>	<b>981</b>	<b>836</b>	<b>145</b>	<b>181</b>	<b>(1.588)</b>	<b>1.769</b>
Outras receitas e despesas operacionais	(200)	(450)	250	(681)	(1.542)	861
Dividendos	-	-	-	250	603	(353)
<b>Fluxo de Caixa Livre Operacional Ajustado</b>	<b>781</b>	<b>387</b>	<b>395</b>	<b>(250)</b>	<b>(2.526)</b>	<b>2.277</b>
Vendas de ativos <sup>(3)</sup>	113	1.233	(1.120)	792	4.280	(3.488)
<b>Fluxo de Caixa depois da venda de ativos</b>	<b>894</b>	<b>1.619</b>	<b>(725)</b>	<b>542</b>	<b>1.754</b>	<b>(1.212)</b>
<b>Custo financeiro líquido<sup>(4)</sup></b>	<b>(174)</b>	<b>(198)</b>	<b>25</b>	<b>(735)</b>	<b>(841)</b>	<b>106</b>
<b>Varição da dívida líquida</b>	<b>721</b>	<b>1.421</b>	<b>(700)</b>	<b>(193)</b>	<b>913</b>	<b>(1.106)</b>

<sup>(1)</sup> considera lucro bruto e SG&A, incluindo aluguéis e atividades descontinuadas do Extra Hiper (que impactam principalmente 2022); não considera depreciação e equivalência patrimonial; <sup>(2)</sup> líquido de financiamento no formato *built to suit* para as novas lojas do Pão de Açúcar; <sup>(3)</sup> inclui receitas com vendas de ativos e com projetos estratégicos, como a venda das lojas de hipermercado e a venda das participações no Exitó; <sup>(4)</sup> inclui juros da dívida bruta, rentabilidade do caixa, custos com fianças bancárias e custos com descontos de recebíveis.

CAPITAL DE GIRO DE MERCADORIAS (R\$ milhões)	GPA						
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	4T23 vs 3T23
(+) Fornecedores	2.859	2.127	2.197	2.219	3.020	162	801
(-) Estoques	(2.045)	(2.079)	(1.965)	(1.992)	(1.950)	95	43
(-) Recebíveis	(417)	(322)	(292)	(352)	(468)	(51)	(116)
<b>(=) Capital de giro após recebíveis</b>	<b>397</b>	<b>(273)</b>	<b>(59)</b>	<b>(126)</b>	<b>603</b>	<b>206</b>	<b>728</b>
<b>Dias de CMV</b>							
(+) Fornecedores	74	54	55	54	73	0	19
(-) Estoques	(53)	(53)	(49)	(49)	(47)	5	1
(-) Recebíveis	(11)	(8)	(7)	(9)	(11)	-1	-3
<b>(=) Capital de giro após recebíveis</b>	<b>10</b>	<b>(7)</b>	<b>(1)</b>	<b>(3)</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>18</b>

## DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA CONTINUADA

Cabe ressaltar que a dívida líquida consolidada do GPA considera, em ambos os períodos, as operações do GPA Brasil, excluindo, portanto, as operações do Exitó, que estão consideradas como operações descontinuadas.

A dívida líquida, incluindo o saldo de recebíveis não antecipados, alcançou R\$ 2,2 bilhões, aumento de R\$ 159 milhões vs. o mesmo período do ano anterior. A alavancagem financeira, medida pela dívida líquida dividida pelo EBITDA Ajustado do GPA Brasil, apresentou redução de 0,1x na comparação com o 4T22, atingindo 1,7x.

Ao final do 4T23, o GPA apresentou posição de caixa de R\$ 3,0 bilhões, equivalente a 3,1x a dívida de curto prazo da Companhia.

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	GPA		
	31.12.2023	31.12.2022	Δ R\$
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>972</b>	<b>1.001</b>	<b>(29)</b>
Empréstimos e Financiamentos	941	980	(39)
Debêntures	31	21	10
<b>Dívida de Longo Prazo</b>	<b>4.302</b>	<b>4.861</b>	<b>(559)</b>
Empréstimos e Financiamentos	983	2.204	(1.221)
Debêntures	3.319	2.657	662
<b>Total da Dívida Bruta</b>	<b>5.274</b>	<b>5.862</b>	<b>(588)</b>
Caixa e Equivalentes	(2.971)	(3.752)	781
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.303</b>	<b>2.110</b>	<b>193</b>
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(118)	(84)	(34)
<b>Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados</b>	<b>2.185</b>	<b>2.027</b>	<b>159</b>
EBITDA Ajustado GPA Brasil (últimos 12 meses)	1.305	1.146	160
<b>Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados/ EBITDA Ajustado GPA Brasil (últimos 12 meses)</b>	<b>1,7x</b>	<b>1,8x</b>	<b>-0,1x</b>

## INVESTIMENTOS

No 4T23, o CAPEX ajustado para as operações de *built to suit* ("CAPEX Ajustado") atingiu R\$ 164 milhões, com redução de R\$ 125 milhões vs. o 4T22, principalmente em Novas Lojas e Aquisição de Terrenos e Reformas, Conversões e Manutenção. Na visão anual, o CAPEX Ajustado atingiu R\$ 726 milhões, com redução de R\$ 330 milhões vs. 2022, principalmente em Reformas, Conversões e Manutenção, que em 2022 apresentou maior concentração de investimentos em reformas das lojas Pão de Açúcar e conversões de hipermercado em supermercados.

CAPEX AJUSTADO <sup>(1)</sup> (R\$ milhões)	GPA					
	4T23	4T22	Δ R\$	12M23	12M22	Δ R\$
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	25	86	(61)	127	146	(19)
Reformas, Conversões e Manutenções	59	107	(48)	261	459	(198)
TI, Digital e Logística	80	97	(17)	339	452	(113)
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>289</b>	<b>(125)</b>	<b>726</b>	<b>1.056</b>	<b>(330)</b>

<sup>(1)</sup> líquido de financiamento no formato *built to suit* para as novas lojas do Pão de Açúcar.

## ESG NO GPA

## Agenda de iniciativas sociais e de meio ambiente no 4T23

**Promoção da diversidade e inclusão:** concluímos o ano de 2023 com 41% de mulheres em cargos de liderança (gerência e acima) vs. 38% em 2022, reflexo dos programas de desenvolvimento que vem sendo realizados e que, desde o início do ano, possibilitou que 78 mulheres fossem promovidas, se juntando a mais 44 mulheres contratadas para cargos de liderança. Fechamos o ano com 63% de colaboradores autodeclarados pretos e pardos e, destes, 48% ocupando posições de liderança (gerentes e acima). No final do ano, lançamos a terceira edição do Programa de Estágio Exclusivo para pessoas pretas e pardas com a abertura de 30 vagas, ampliando em 15% o número de posições na comparação com o programa do ano anterior.

**Combate às mudanças climáticas:** finalizamos o ano de 2023 com redução de mais de 10% nas emissões de escopo 1 e 2 em comparação com o ano anterior, resultado dos projetos de substituição de gases e retrofit de equipamentos. Estamos em linha com o nosso compromisso público de reduzir as emissões de escopo 1 e 2 em 50% até 2025 (ano-base 2015), contribuindo de forma mais ativa para uma economia de baixo carbono.

**Bem-estar animal na cadeia de valor:** para alcançar a melhoria contínua e contribuir com as práticas de bem-estar animal, promovemos em novembro um evento multissetorial de engajamento para nossos fornecedores de proteínas animais. O evento contou com apresentações de especialistas, sociedade civil, certificadoras e consultorias de ciência de dados de consumidores. Ao total, tivemos a participação de mais de 60 parceiros comerciais, onde discutimos, juntos, maneiras de avançar a agenda de bem-estar com soluções mais éticas e sustentáveis.

**Impacto social:** em 2023 completaram-se seis anos desde que iniciamos o projeto Mãos na Massa, que promove a capacitação básica em panificação e confeitaria por meio do Instituto GPA para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fechamos o ano com a capacitação de 207 pessoas abrindo novas oportunidades de geração de renda para essas famílias. Além disso, promovemos pelo Programa Parceria Contra o Desperdício a doação de 1,8 mil toneladas de alimentos para 255 organizações sociais parceiras, impactando 3,2 milhões de refeições.

**Ética e Transparência:** reforçamos o nosso compromisso com a transparência divulgando informações sobre o nosso impacto ambiental por meio do CDP (Carbon Disclosure Project) com atingimento de nota "A-" no questionário de Mudanças Climáticas. No ranking do CDP Florestas, evoluímos de B para A- na cadeia de carne bovina, sendo a única empresa do setor apresentando essa nota, reforçando nossos compromissos no combate ao desmatamento. Além disso, o nosso relatório anual de sustentabilidade foi reconhecido entre um dos 10 melhores do mercado de acordo com o Relatório Reporting Matters Brasil 2023, realizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), e que analisou 77 relatórios de sustentabilidade. Esse é mais um reconhecimento a todo o trabalho que a Companhia vem realizando na transparência da divulgação de suas informações.

## MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRAS

No 4T23 abrimos 12 novas lojas:

- 11 do formato proximidade (9 Minuto Pão de Açúcar e 2 Mini Extra)
- 1 Pão de Açúcar, na cidade de Itu

Além disso, foram fechadas 7 lojas de supermercado e 4 de proximidade.

Lojas por Bandeira	3T23	4T23					
	Nº de Lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de Lojas	Área de vendas m² (mil)
GPA	766	12	0	-11	0	767	645
Pão de Açúcar	197	1	0	-4	0	194	267
Extra Mercado	181	0	0	-3	0	178	212
Compre Bem	0	0	0	0	0	0	0
Mini Extra	147	2	0	-2	0	147	36
Minuto Pão de Açúcar	169	9	0	-2	0	176	44
Postos de combustíveis	71	0	0	0	0	71	83
Lojas em Conversão / Análise	1	0	0	0	0	1	2

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhões)	ATIVO	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo Circulante</b>	<b>7.523</b>	<b>28.559</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	2.971	3.752
Aplicações financeiras	777	-
Contas a Receber	458	417
Cartões de Crédito	118	84
Tickets de vendas e duplicatas a receber	311	293
Provisão para Devedores Duvidosos	(3)	(2)
Provenientes de Acordos Comerciais	32	42
Estoques	1.952	2.046
Tributos a Recuperar	1.078	1.114
Créditos com Controladores - CP	11	-
Ativos Disponíveis para Venda	-	20.843
Créditos com Partes Relacionadas	-	-
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	276	387
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>14.528</b>	<b>15.281</b>
Realizável a Longo Prazo	5.113	5.618
Contas a Receber	-	-
Cartões de Crédito	-	-
Tributos a Recuperar	2.535	2.808
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.078	922
Partes Relacionadas	52	301
Depósitos para Recursos Judiciais	517	759
Despesas Antecipadas e Outros	931	828
Investimentos	864	833
Propriedades para Investimento	-	-
Imobilizado	6.577	6.844
Intangível	1.974	1.986
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.050</b>	<b>43.839</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhões)	PASSIVO	
	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.225</b>	<b>17.747</b>
Fornecedores	2.730	2.527
Fornecedores - convênio	524	596
Empréstimos e Financiamentos	941	980
Debêntures	31	21
Passivo de Arrendamento	474	490
Salário e Encargos Sociais	381	294
Impostos e Contribuições a Recolher	411	364
Financiamento Compra de Imóveis	112	112
Partes Relacionadas	85	335
Propaganda	13	14
Provisão para Reestruturação	11	11
Receitas a apropriar	168	156
Passivos sobre Ativos Não Correntes a Venda	-	11.487
Outros	345	360
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>11.104</b>	<b>12.359</b>
Empréstimos e Financiamentos	983	2.204
Debêntures	3.319	2.657
Passivo de Arrendamento	3.826	3.547
Imposto de renda e contribuição social a recolher	270	-
Financiamento por compra de ativos	-	-
Partes Relacionadas	-	23
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	1
Impostos Parcelados	69	55
Provisão para Demandas Judiciais	2.152	2.629
Receitas a apropriar	75	97
Provisão para perda de investimento em associadas	-	863
Outros	410	283
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.722</b>	<b>13.733</b>
Atribuído aos Acionistas Controladores	4.717	11.545
Capital Social	1.807	5.861
Reservas de Capital	26	318
Reservas de Lucro	2.886	7.118
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	(2)	(1.752)
Participação de Acionistas não Controladores	5	2.188
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22.050</b>	<b>43.839</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - 4º TRIMESTRE DE 2023

(R\$ Milhões)	Consolidado		
	4T23	4T22	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>5.627</b>	<b>5.295</b>	<b>6,3%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>5.257</b>	<b>4.900</b>	<b>7,3%</b>
<b>Custo das Mercadorias Vendidas</b>	<b>(3.880)</b>	<b>(3.766)</b>	<b>3,0%</b>
Depreciação (Logística)	(28)	(27)	5,4%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.349</b>	<b>1.107</b>	<b>21,9%</b>
Despesas com Vendas	(835)	(702)	18,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(153)	(150)	1,9%
<b>Desp. com Vendas, Gerais e Adm.</b>	<b>(988)</b>	<b>(852)</b>	<b>15,9%</b>
Resultado da Equiv. Patrimonial	15	(45)	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(89)	(315)	-71,6%
Depreciação e Amortização	(257)	(245)	4,9%
<b>EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos</b>	<b>29</b>	<b>(350)</b>	<b>n.d.</b>
Receitas Financeiras	216	305	-29,2%
Despesas Financeiras	(384)	(377)	1,9%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(168)</b>	<b>(72)</b>	<b>134,2%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.</b>	<b>(139)</b>	<b>(422)</b>	<b>-67,0%</b>
Imposto de Renda	54	150	-64,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	(85)	(272)	-68,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(216)	(789)	-72,7%
<b>Lucro Líquido Companhia Consolidado</b>	<b>(301)</b>	<b>(1.061)</b>	<b>-71,7%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade</b>	<b>(87)</b>	<b>(272)</b>	<b>-67,9%</b>
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. Descontinuadas	(216)	(830)	-74,0%
<b>Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado</b>	<b>(303)</b>	<b>(1.102)</b>	<b>-72,5%</b>
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	2	-	4947,2%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	-	41	-100,0%
<b>Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado</b>	<b>2</b>	<b>41</b>	<b>-94,5%</b>
<b>EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos</b>	<b>314</b>	<b>(79)</b>	<b>n.d.</b>
<b>EBITDA Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>404</b>	<b>236</b>	<b>70,7%</b>

% da Receita Líquida	Consolid		
----------------------	----------	--	--



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

★ continuação

		BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais)						BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)			
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Notas		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	Notas		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.794	3.632	2.971	3.751	Fornecedores	16	2.677	2.515	2.729	2.528
Aplicações Financeiras	7	499	-	777	-	Fornecedores convênio	16	524	595	524	595
Contas a receber	8	420	344	458	417	Empréstimos e financiamentos	17	972	1.001	972	1.001
Outras contas a receber	9	66	254	115	279	Passivo de arrendamento	22	473	488	474	490
Estoques	10	1.951	2.046	1.952	2.046	Salários e encargos sociais	368	282	381	294	
Tributos a recuperar	11	1.028	1.074	1.078	1.114	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	80	32	82	51
Outros ativos circulantes		169	105	172	109	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	324	308	328	312
Ativos mantidos para venda ou distribuição	32	6.927	7.455	7.523	7.716	Partes relacionadas	12	206	446	85	335
Total do ativo circulante		6.927	14.852	7.523	28.559	Financiamento por compra de ativos	23	112	112	112	112
Não circulante						Receitas a apropriar	23	37	27	168	156
Outras contas a receber	9	810	726	810	727	Outros passivos circulantes	32	356	371	370	386
Tributos a recuperar	11	2.534	2.796	2.536	2.808	Passivos sobre ativos mantidos para venda ou distribuição	32	-	227	-	11.487
Instrumentos financeiros derivativos	18.1	1	-	1	-	Total do passivo circulante		6.129	6.404	6.225	17.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.051	890	1.078	922	Não circulante					
Partes relacionadas	12	241	497	52	301	Empréstimos e financiamentos	17	4.302	4.862	4.302	4.862
Depósitos judiciais	21.7	513	746	517	759	Passivo de arrendamento	22	3.822	3.542	3.826	3.547
Outros ativos não circulantes		120	100	119	100	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	270	-	270	-
Investimentos em controladas e associadas	13	1.276	932	864	833	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	69	55	69	55
Imobilizado	14	6.562	6.826	6.577	6.844	Partes relacionadas	12	-	23	-	23
Intangíveis	15	1.907	1.921	1.973	1.986	Provisão para demandas judiciais	21	2.148	2.613	2.151	2.629
Total do ativo não circulante		15.015	15.434	14.527	15.280	Receitas a apropriar	23	75	97	75	97
						Provisão para perdas de investimento em associadas	13	-	863	-	863
						Outros passivos não circulantes		410	282	410	283
						Total do passivo não circulante		11.096	12.337	11.103	12.359
						Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores	24				
						Capital social		1.807	5.861	1.807	5.861
						Reservas de capital		26	318	26	318
						Reservas de lucros		2.886	7.118	2.886	7.118
						Outros resultados abrangentes		(2)	(1.752)	(2)	(1.752)
						Total do patrimônio líquido		4.717	11.545	4.717	11.545
						Participação de acionistas não controladores		-	-	5	2.188
						Total do passivo e patrimônio líquido		4.717	11.545	4.722	13.733
						Total do ativo		21.942	30.286	22.050	43.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhões de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Outras reservas de capital	Opções de compra	Ações em tesouraria	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Reserva de Subvenção	Outras reservas	Outros resultados abrangentes					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.859	2	289	(1)	705	2.575	1.300	2.349	(3)	-	574	13.649	2.731	16.380	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)	-	(172)	168	(4)	
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.334)	(2.334)	(596)	(2.930)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	(2)	6	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)	(2.326)	(2.498)	(430)	(2.928)	
Aumento de capital social (nota nº 24)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Opções de ações outorgadas (nota nº 24)	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	27	
Constituição de reserva (nota nº 24.1)	-	-	-	-	-	(235)	-	235	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(14)	-	-	-	-	-	(14)	-	(14)	
Dividendos declarados aos não controladores (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)	
Valorização PUT subsidiária Disco (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	43	
Correção por hiperinflação de controlada (nota nº 3.5) (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	636	73	709	
Transações com acionistas (*) (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(248)	5	(243)	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)	(18)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.861	2	316	(1)	705	2.326	1.681	2.584	(5)	(172)	(1.752)	11.545	2.188	13.733	

(\*) Valor composto principalmente pela constituição de IR e CSLL diferida no montante de R\$228 relacionado com a segregação das operações do Grupo Êxito. Vide nota nº 1.2.

(\*\*) Itens relacionados com os ativos e passivos mantidos para venda ou distribuição.

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Outras reservas de capital	Opções de compra	Ações em tesouraria	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Reserva de Subvenção	Outras reservas	Outros resultados abrangentes					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.861	2	316	(1)	705	2.326	1.681	2.584	(5)	(172)	(1.752)	11.545	2.188	13.733	
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.271)	-	(2.271)	137	(2.134)	
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.772	1.772	266	2.038	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)	(22)	-	(22)	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.271)	1.750	(521)	403	(118)	
Transferência entre capital social e reservas (nota nº 24)	2.605	(2)	(306)	-	(515)	(1.701)	(81)	-	-	-	-	16	-	16	
Opções de ações outorgadas (nota nº 24)	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos declarados aos não controladores (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)	(106)	
Valorização PUT subsidiária Disco (**)	-	-	-	-	-	-	(54)	-	-	-	-	(54)	52	(2)	
Correção por hiperinflação de controlada (nota nº 3.5) (**)	-	-	-	-	-	-	385	-	-	-	-	385	17	402	
Desconsolidação - Êxito	(6.659)	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	(6.654)	(2.549)	(9.203)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.807	26	(1)	190	625	1.931	2.584	-	(2.443)	(2)	4.717	5	4.722		

(\*\*) Itens relacionados com os ativos e passivos desconsolidados do Êxito (Vide nota nº 1.2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	
Receita de venda de bens e serviços	19.050	16.686	19.250	17.321	25	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.271)	(172)	(2.134)	(4)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(14.322)	(12.561)	(14.433)	(13.019)	26	- Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-	-	-
Lucro bruto	4.728	4.125	4.817	4.302		Variação cambial de investimento no exterior	1.772	(2.334)	2.038	(2.930)
(Despesas) receitas operacionais						Outros	(22)	8	(22)	6
Despesas com vendas	(3.105)	(2.586)	(3.104)	(2.699)	26	Resultado abrangente do exercício	(521)	(2.498)	(118)	(2.928)
Gerais e administrativas	(521)	(533)	(574)	(598)	26	Atribuível aos:				
Depreciação e amortização	(1.003)	(899)	(1.017)	(931)	26	Acionistas controladores da Companhia	(521)	-	(521)	(2.498)
Resultado de equivalência patrimonial	732	(386)	768	(205)	13	Acionistas não controladores	403	-	403	(430)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.111)	(4.181)	(2.131)	(4.867)	27	Total	(118)	-	(118)	(2.928)
(Prejuízo) lucro operacional	620	(697)	677	(565)						
Resultado financeiro líquido	(1.069)	(737)	(1.009)	(750)	28					
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(449)	(1.434)	(332)	(1.315)						
Imposto de renda e contribuição social	430	447	418	454	20					
(Prejuízo) lucro líquido das operações continuadas	(19)	(987)	86	(861)						
(Prejuízo) Lucro líquido das operações descontinuadas	(2.252)	815	(2.220)	857	33	Fluxo de caixa das atividades operacionais	(2.271)	(172)	(2.134)	(4)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.271)	(172)	(2.134)	(4)		(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(2.271)	(172)	(2.134)	(4)
Atribuível aos:						Ajuste para reconciliação do lucro líquido	(388)	(339)	(282)	(29)
Acionistas controladores da Companhia			(2.271)	(172)		Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota nº 20)	(27)	(2.600)	(14)	(2.569)
Acionistas não controladores			137	168		Depreciação e amortização	1.121	1.063	1.136	1.902
			(2.134)	(4)		Juros e variações monetárias	1.417	1.465	1.670	1.696
						Ajuste a valor presente	-	2	-	2
						Resultado de equivalência patrimonial (nota nº 13.4)	(732)	386	(699)	247
(Prejuízo) lucro líquido atribuível aos acionistas controladores por ação			(8,41175)	(0,63851)		Provisão para demandas judiciais	(78)	1.502	(87)	1.523
(Média ponderada do exercício - R\$)	29		(8,41791)	(0,63851)		Provisão para baixas e perdas	-	-	-	33
Básico						Pagamento baseado em ações	16	27	16	27
Diluído						Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (notas nº 8.2 e 9.1)	4	2	20	40
Prejuízo Lucro líquido das operações continuadas por ação	29		0,31484	(3,20372)		Provisão para obsolescência e quebra (nota nº 10.2)	37	(31)	43	(28)
Básico						Receita a apropriar (nota nº 23)	(23)	(19)	(77)	(26)
Diluído						Baixa de passivo de arrendamento (nota nº 22.2)	(138)	(213)	(142)	(278)
						Ganho/Perda na venda de subsidiária	1.715	1	2.082	1
						Total	653	1.074	1.532	2.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022		31.12.2023	31.12.2022</		



## COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<p>1. <b>Informações corporativas</b></p> <p>A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos, e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Mínuto Pão de Açúcar", "Mercado Extra" e "Minimercado Extra". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia também operava em outros países da América Latina por meio da controlada Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. O processo de segregação e descontinuidade das atividades do Éxito no GPA foi concluído no terceiro trimestre de 2023, vide nota nº 1.2. As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")) denominado Novo Mercado, sob o código "PCAR3", e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código "CBD". A Companhia é controlada de forma direta pela Ségisor, tendo como controlador final o Casino Guichard-Perrachon ("Casino"), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.</p>	<p>(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") - ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e</li> <li>seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.</li> </ul> <p>Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de dividendos; e</li> <li>seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.</li> </ul> <p>No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9). Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.</p>
<p>1.1 Descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper e transação de venda de ativos com Sendas</p> <p>Como parte do segmento retalvável Varejo, a Companhia opera diferentes formatos de lojas, conforme destacado na nota 1, incluindo 103 lojas Extra Hiper que operavam no modelo de hipermercados. Em linha com a estratégia de otimizar sua plataforma de lojas e alocar recursos relevantes para acelerar o crescimento das bandeiras mais lucrativas, a Administração optou por descontinuar a operação de lojas com a bandeira Extra Hiper. Conforme fatos relevantes publicados em 14 de outubro de 2021 e em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de Sendas Distribuidora S.A. ("Assaí" ou "Sendas Distribuidora"), contando apenas com o voto dos conselheiros independentes, os termos e condições do contrato definitivo de cessão de direitos de exploração de 70 pontos comerciais entre a Companhia e Sendas, localizados em diversos estados, envolvendo imóveis próprios e locados de terceiros. A transação foi definitivamente realizada, após aditivo de 26 de dezembro de 2022, da seguinte forma: (i) transferência do fundo de comércio de 66 (anteriormente 70) lojas ao Assaí pelo valor de R\$3.928 bilhões (anteriormente R\$3.973 bilhões) e (ii) venda de 17 imóveis ao fundo imobiliário Barzel Properties, com garantia e posterior locação diretamente pelo Assaí por um período de 25 anos, renováveis por um período adicional de 15 anos, no valor de R\$1.200 bilhão, conforme contrato celebrado em 25 de fevereiro de 2022. Em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de contratos de cessão de créditos com instituições financeiras para cessão definitiva desses recebíveis com Assaí, no valor de até R\$2 bilhões referente às parcelas devidas entre 2023 a 2024. As parcelas residuais no montante de R\$1,2 bilhão com vencimento em 2023 e R\$700 milhões com vencimento em janeiro de 2024 reajustadas pelo IPCA + 1,2%, foram cedidas de forma definitiva, com anúncio do Assaí e sem direito de regresso durante o terceiro trimestre de 2022. O custo dessa cessão foi de R\$2,4 bilhões e está alocado no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu e já antecipou a totalidade dos recebíveis da Transação. Ainda, em complemento a esta transação, das 37 lojas remanescentes Extra Hiper, a Companhia converteu as 25 lojas para outras bandeiras de maior rentabilidade (Pão de Açúcar e Mercado Extra) e encerrou, ou vendeu para terceiros, as 12 lojas. Face a transação acima descrita, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper e, até 31 de dezembro de 2021 a transação foi implementada parcialmente, com a descontinuidade de 31 fundos do comércio e a transferência efetiva ao Assaí de 20 desses fundos de comércio, dos quais 6 imóveis próprios da Companhia.</p> <p>As operações das demais lojas Extra Hiper representado pelos 50 fundos de comércio remanescentes, incluindo 11 imóveis próprios, foram descontinuadas no primeiro trimestre de 2022 e mais 40 fundos de comércio foram entregues ao Assaí nesse período. No segundo trimestre foi entregue mais um fundo de comércio e no terceiro trimestre foram entregues mais 5 fundos de comércio. Os ativos e passivos relacionados a estas lojas (substancialmente imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e o intangível) foram classificados como ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021 e realizados ao longo de 2022 com a entrega efetiva dos fundos de comércio ao Assaí.</p> <p>A Administração avaliou a transação à luz do IFRS5/CPC31 - "Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada" e concluiu que a descontinuidade das 103 lojas Extra Hiper (transação completa) resulta em abandono de uma linha importante de negócio no segmento de Varejo, com posterior venda de ativos livres de operação (imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e intangível) ao Assaí. Conforme anteriormente mencionado, até 31 de dezembro de 2021 a Companhia abandonou parcialmente as lojas Extra Hiper (21% da receita bruta da linha de negócio Extra Hiper) e concluiu que não houve abandono substancial da linha de negócio de hipermercados naquela data, uma vez que, de acordo com IFRS5/CPC31, uma operação abandonada deve ser considerada descontinuada quando for substancialmente completada, o que ocorreu no primeiro trimestre de 2022, com o abandono e entrega de 86% do total de lojas ao Assaí. Portanto desde o primeiro trimestre de 2022, o ganho líquido na alienação dos ativos e o resultado da linha de negócios de hipermercados estão sendo apresentados como operação descontinuada (linha de negócio Extra Hiper), bem como as demonstrações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas, em uma única linha na demonstração do resultado, conforme previsto no IFRS5/CPC31. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita no valor de R\$3,9 bilhões, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$1.035 e despesas de R\$1.345 (sendo R\$566 relacionadas à demissão de colaboradores, R\$95 cancelamento de contratos e R\$684 outras despesas relacionadas a transação - custos relacionados a transação, baixa de saldos de outras contas dos balanços relacionadas as lojas e de desmobilização), gerando o resultado líquido da transação no valor de R\$1.564 registrado no resultado de Operações Descontinuadas (Nota nº 33).</p>	<p>(ii) Quando um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.</li> <li>A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e</li> <li>a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou</li> <li>b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu direito de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.</li> </ul> <p>Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:</p>
<p>1.2 Transação de segregação e descontinuação das operações da Controlada Éxito na Companhia.</p> <p>Em 5 de setembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o resultado de estudos preliminares para eventual segregação do GPA e do Éxito, autorizando a Administração a finalizar os estudos acerca dessa transação, bem como a avaliar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de BDRs (<i>Brazilian Depositary Receipts</i>) e ADRs (<i>American Depositary Receipts</i>) do Éxito no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente. Em 30 de dezembro de 2022, o Éxito apresentou o pedido de registro de companhia aberta categoria "A", o pedido de registro do programa de <i>Brazilian Depositary Receipts</i> Nivel I ("BDR") perante a CVM, e o pedido para listagem dos BDRs perante a B3. A Companhia concluiu também as autorizações prévias necessárias dos principais credores financeiros durante o exercício findo de 2022. A Administração cumpriu os principais requisitos do processo de segregação da sua controlada Éxito em 2022, e de acordo com o CPC 31/IFRS 5 (Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuadas), a controlada Éxito e suas subsidiárias foram apresentadas como ativos mantidos para distribuição no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e operações descontinuadas no resultado daquele exercício. Nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, o resultado da controlada Éxito e suas subsidiárias foi apresentado em operações descontinuadas no resultado do exercício, até a perda efetiva de controle pelo GPA, ocorrida em 31 de julho de 2023 (nota 32). Em 03 e 04 de abril de 2023, a CVM e a B3 deferiram o pedido de registro do Éxito como companhia aberta categoria "A" e o pedido para listagem do Éxito e a admissão à negociação dos <i>Brazilian Depositary Receipts</i> Nivel II ("BDRs") de sua emissão perante a B3, respectivamente. Em 03 de julho de 2023, foi realizado o pedido público para o registro do Éxito, por meio da declaração contida em seu formulário 20-F, perante a U.S. <i>Securities and Exchange Commission</i> ("SEC") e em 25 de julho de 2023 a SEC declarou a efetividade do formulário 20-F do Éxito. Com isso foi encerrado o processo de revisão do pedido de registro perante a SEC e o Éxito passou a ser registrado como companhia aberta nos três mercados (Brasil, Colômbia e Estados Unidos). Em 08 de agosto de 2023 foi informada a obtenção da autorização da Superintendência Financeira de Colômbia (SFC), órgão regulador colombiano, para a transferência das ações do Éxito que foram entregues aos acionistas do GPA no âmbito da Transação. A Companhia deixou de exercer o controle sobre o Éxito nesta data, consolidando o mesmo até o período findo em 31 de julho de 2023.</p>	<p>(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:</p>
<p>Em 08 de agosto de 2023 foi informada a obtenção da autorização da Superintendência Financeira de Colômbia (SFC), órgão regulador colombiano, para a transferência das ações do Éxito que foram entregues aos acionistas do GPA no âmbito da Transação. A Companhia deixou de exercer o controle sobre o Éxito nesta data, consolidando o mesmo até o período findo em 31 de julho de 2023. A segregação da ação ocorreu após o encerramento do pregão de 22 de agosto de 2023 da B3. Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA receberam 1 BDR para cada ação do GPA. A partir de 23 de agosto de 2023, as ações passaram a ser negociadas "ex-direito" ao recebimento de BDRs e os BDRs passaram a ser negociados na B3 sob o código "EXCO". O crédito dos BDRs ocorreu no dia 25 de agosto. Os detentores de ADRs do GPA, por sua vez, receberam um ADR de Éxito para cada 2 ADRs de GPA, sendo que os ADRs de Éxito começaram a ser negociadas normalmente ("regular way") na NYSE a partir de 29 de agosto de 2023 sob o código "ÉXTO". O GPA manteve uma participação minoritária no Éxito de 13,31%. Em 30 de outubro de 2023, a AGE aprovou a ratificação do montante da redução de capital social do GPA em R\$ 6.659 (vide nota 24), sem mudança na quantidade de ações de Éxito a ser entregue. Anteriormente, em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital do GPA no valor de R\$ 7.133 mediante a entrega aos acionistas do GPA de 1.080.556.276 ações ordinárias de emissão do Éxito de propriedade do GPA, sendo 4 ações de emissão do Éxito para cada ação do GPA. A Companhia aplicou o CPC 36/IFRS10 para o registro da perda de controle, cujos efeitos são detalhados na nota 32 de operações descontinuadas, e incluem principalmente (i) a realocação do ajuste acumulado de conversão do balanço no valor de R\$ (1.360) e (ii) o efeito da re-mensuração a valor justo da participação remanescente líquida da baixa do investimento no valor de R\$ (746) na data da perda de controle. A Companhia avaliou também a contabilização da participação remanescente a luz do CPC 18/IAS28, considerando todos os fatores tal como o acordo de acionista assinado em 09 de agosto de 2023, e concluiu na ausência de influência significativa. Desta forma, a participação remanescente está sendo registrada como um ativo financeiro por meio de resultado (FVTPL) em aplicação do CPC 48/IFRS9, na rubrica "Aplicações financeiras". Além do efeito de remensuração na data da perda de controle em aplicação do CPC 36/IFRS10, a Companhia registrou a variação do valor justo do ativo financeiro entre a perda de controle e o período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 153, no resultado financeiro, na categoria de rentabilidade de equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 13 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a celebração de um pré-acordo com o Grupo Calleja ("Pré-Acordo"), detentor do grupo varejista de supermercados líder em El Salvador que opera sob a marca Super Selectos ("Comprador"), para venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Éxito, correspondente a 13,31% do capital social do Éxito, no âmbito de uma oferta pública de aquisição a ser lançada pelo Comprador na Colômbia e nos Estados Unidos da América para aquisição de 100% das ações do Éxito, sujeita à aquisição mínima de 51% das ações ("OPA"). Sociedades do grupo Casino, que possuem 34,05% do capital social do Éxito, também são partes do Pré-Acordo e se comprometeram a vender sua participação na OPA. O valor da OPA, considerando a totalidade das ações do Éxito, é de US\$1.175 milhões equivalente a US\$0.9053 por ação, sendo US\$156 milhões (correspondente a R\$790 milhões na data da aprovação da operação) referente à participação do GPA. Em 31 de outubro de 2023, a administração da Companhia contratou operação de hedge (<i>NDF - Non-Deliverable Forward</i>) para proteção da exposição cambial referente à venda da totalidade da participação remanescente do GPA no Éxito, correspondente a 13,31% do capital social do Éxito. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo do derivativo é R\$20. Esse valor é apresentado na nota de aplicação financeira. Em 23 de janeiro de 2024, após a conclusão da OPA lançada pelo comprador para a aquisição das ações do Éxito, na Colômbia e Estados Unidos, o GPA recebeu o montante de US\$156 milhões (correspondente a R\$789 milhões em 23 de janeiro de 2024, incluindo nesse valor o efeito positivo no valor de R\$ 12 do hedge contratado no dia 31 de outubro) pela venda da totalidade da participação remanescente do GPA no capital social do Éxito.</p>	<p>(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.</li> <li>No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DRI, Dupon limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.</li> </ul> <p>A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. <b>Hedge de fluxo de caixa</b> Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar "reequilibrar" o índice de hedge para atender os critérios de qualificação.</li> <li>Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.</li> <li>Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.</li> <li>A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer equilíbrio da relação de proteção).</li> <li>Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme ateleem o resultado.</li> </ul>
<p>Em junho de 2023, a Companhia celebrou uma transação de Sale and Leaseback mediante a assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis para subsequente locação a prazo de 11 lojas próprias de supermercados do GPA a um fundo privado com valor total de R\$300, dos quais R\$140 foram recebidos em 30 de junho de 2023 e R\$ 160 em 7 de julho de 2023. Os Contratos de Locação foram celebrados com prazo inicial de 15 anos, com exceção de 3 Lojas que foram locados com prazo inicial de 18 anos, renováveis por um prazo adicional de respectivo prazo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nas Lojas em condições financeiras sustentáveis. O ganho nessa operação de sales and leaseback foi de R\$85 em junho de 2023. O direito de uso aumentou em R\$81 e o passivo de arrendamento aumentou em R\$183 em junho de 2023.</p>	<p>Perda no valor recuperável de ativos financeiros O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) e ativos financeiros mensurados a VJR. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento</li> <li>Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro</li> <li>Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.</li> </ul> <p>A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, aligeui a receber, contas a receber atacadista e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.</p>
<p>1.4 Alienação de imóvel - Barra da Tijuca</p> <p>Em setembro de 2023, a Companhia alienou definitivamente o imóvel de sua propriedade localizado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, onde anteriormente funcionava um hipermercado da bandeira Extra. Tal transação foi celebrada pelo valor de R\$ 247, integralmente recebido em 30 de setembro de 2023. O ganho sobre a operação foi de R\$ 66.</p>	<p>De determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções. A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou</li> <li>o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.</li> </ul> <p>A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de crédito de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. <b>Mensuração de perdas de crédito esperadas</b> - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. <b>Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito</b> - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. <b>Apresentação da perda por redução ao valor recuperável</b> - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas". <b>Contas a receber e ativos contratuais</b> - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.</p>
<p>1.5 Venda da participação na Cnova</p> <p>O GPA detinha uma participação societária indireta de 34% no capital social da Cnova N.V. ("Cnova"). Em 8 de setembro de 2023, o Casino propôs iniciar negociações para a venda da participação societária indireta detida pela Companhia na Cnova para uma entidade do grupo Casino, por um preço a ser definido e acordado pelas partes, com base em metodologias usuais de avaliação financeira. A luz deste evento, em aplicação do CPC18/IAS28, e considerando as provisões contidas no CPC25/IAS37, a Companhia avaliou se ainda restava obrigação legal ou construtora frente a sua investida, bem como sua intenção em manter o apoio financeiro nesta investida. Considerando a ausência de obrigação legal de recapitalização da investida pelo GPA, bem como as discussões que culminaram na alienação do investimento e, consequentemente a intenção da Companhia em não manter o apoio financeiro nesta investida, a Companhia reverteu a provisão para perda de investimento no período findo em 30 de setembro de 2023, no valor de R\$ 872. A Administração concluiu as negociações para a venda de sua participação societária indireta na Cnova e em 25 de novembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia, com base na recomendação do Comitê Especial Independente constituído em 8 de setembro de 2023, aprovou a proposta de E 10 milhões (R\$ 53,5 milhões) submetida pelo Casino, com base em <i>fairness opinion</i> elaborado por instituição financeira independente, para a aquisição da totalidade da participação detida pela Companhia na Cnova. O valor da transação tem pagamento em duas parcelas, tendo sido a primeira parcela quitada à vista, representado 80% do montante devido, correspondente a C 8 milhões (R\$ 42,8 milhões), e a segunda parcela representado o restante do preço no valor de C 2 milhões (R\$ 10,7 milhões), a ser paga até 30 de junho de 2024. A liquidação desta transação ocorreu em 30 de novembro de 2023. Além dos valores acima, foi acordado o pagamento de parcela variável ("<i>Equalization Payment</i>") no caso de uma transação subsequente envolvendo a venda da participação detida pelo Casino em Cnova ou uma reorganização societária da Cnova no prazo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da data da liquidação. O objetivo do <i>Equalization Payment</i> é possibilitar à Companhia capturar a potencial valorização suplementar do ativo em uma transação subsequente, visando o melhor interesse da companhia e de seus acionistas. Não há impacto de valor justo a ser registrado referente ao tema em 31 de dezembro de 2023.</p>	<p>(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:</p>
<p>1.6 Continuidade operacional</p> <p>A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.</p>	<p>(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:</p>
<p>2. <b>Base de elaboração</b></p> <p>As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("demonstrações financeiras"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhões de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$. A moeda funcional das controladas e associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2024.</p>	<p>(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:</p>
<p>3. <b>Principais políticas contábeis materiais</b></p> <p>As principais políticas materiais e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.</p>	<p>(iii) Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. <b>Compensação de instrumentos financeiros</b> Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de taxas de juros e swaps de taxa cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício. No início do relacionamento de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de hedge na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuído ao risco protegido. A expectativa é de que esses hedges sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados. São registrados como hedges de valor justo, adotando</p>

## COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2023, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

Prontuário	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação;	01/01/2023
Adoção ao CPC 50/IFRS 17	Contratos de seguros - CPC 50. Impactos para seguradoras e resseguradoras	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Alterações à IAS 12 quanto ao Pillar 2	01/01/2023

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes:

Prontuário	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Definição e divulgação de informações adicionais para financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações no CPC 26/IAS 1	Definição da mudança na divulgação de passivos de longo prazo com Covenants e classificação do passivo como circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de cambiabilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16	Tratamento do passivo de arrendamento nas transações de Sale and Leaseback	01/01/2024
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2024
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima	01/01/2024
Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

## 5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Descontinuidade de negócios - Nota nº 1.1 e 1.2
- Redução ao valor recuperável - impairment e vida útil de imobilizado e intangível: Notas nº 8.2, 9.1, 14.1, 15.1 e 15.2
- Estoque: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota nº 10
- Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota nº 11
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota nº 18
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota nº 21
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota nº 20
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental - Nota nº 22
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota nº 24

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas bancárias - Brasil	245	98	246	99
Caixa e contas bancárias - Exterior	(*) 74	79	74	79
Aplicações financeiras - Brasil	(**) 2.475	3.455	2.651	3.573
	2.794	3.632	2.971	3.751

(\*) Em 31 de dezembro de 2023 referem-se aos recursos da Companhia aplicados no exterior, em dólares norte-americanos no montante de R\$74 (R\$79 em 31 de dezembro de 2022).

(\*\*) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 100,15% (101,38% em 31 de dezembro de 2022) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 7. Aplicações Financeiras

A companhia possui determinadas aplicações financeiras classificadas separadamente do caixa e equivalentes de caixa em função de características específicas desses títulos. O montante de R\$499 na controladora e R\$777 no consolidado é composto por R\$482 na controladora e R\$760 no consolidado (no qual inclui o efeito positivo do derivativo no valor de R\$ 20) referente à participação remanescente de 13,31% no Grupo Éxito (nota 1.2) e R\$17 na controladora em CDB (Certificado de Depósito Bancário).

Em 23 de janeiro de 2024 o GPA liquidou a participação remanescente no Grupo Éxito correspondente a 13,31%, por meio do recebimento de US\$156 (correspondente a R\$789 nesta data líquido do derivativo), (nota 1.2).

## 8. Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidos do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Administradoras de cartões de crédito	109	79	109	79
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas (nota nº 12.2)	8	4	8	4
Tickets de vendas e duplicatas a receber	223	182	272	255
Cartão de crédito próprio	30	34	30	34
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº 12.2)	21	5	9	5
Contas a receber de fornecedores	32	42	32	42
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº 8.2)	(3)	(2)	(2)	(2)
	420	344	458	417

## 8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

## 8.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Perdas registradas no exercício	(4)	(2)	(20)	(40)
Baixas de contas a receber	3	-	25	38
Operações descontinuadas	-	-	(7)	25
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	2	10
	(3)	(2)	(2)	(2)

## No fim do exercício

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
	31.12.2023	31.12.2022	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
	460	447	9	1	1	2
	419	404	10	1	1	3

## 9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contas a receber - GCB (*)	588	603	588	603
Contas a receber - Sendas (**)	108	-	108	-
Contas a receber por venda de sociedades	61	72	61	72
Aluguéis a receber	15	21	15	21
Venda de imóveis	11	61	11	61
Outras (***)	97	230	146	256
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 9.1)	(4)	(7)	(4)	(7)
	876	980	925	1.006
Circulante	66	254	115	279
Não circulante	810	726	810	727

(\*) Valores a receber do Grupo Casas Bahia S.A. ("GCB"), subsidiária alienada em 2019. No montante de R\$588 está incluindo o valor de R\$573 correspondente ao direito do GPA de receber de GCB o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção de transitado em julgado do processo, o GPA faz jus aos créditos referentes ao período de 2003 a 2010.

(\*\*) O valor a receber de Sendas foi reclassificado do grupo de Partes Relacionadas uma vez que Sendas deixou de ser considerado uma parte relacionada do GPA em função da alienação total de sua participação pelo controlador Casino, ocorrida em junho de 2023.

(\*\*\*) Inclui o montante de R\$24 (R\$ 139 em 31 de dezembro de 2022) remanescentes a receber do Fundo Imobiliário Barzel pela venda dos 7 imóveis relacionados à desmobilização dos Hipermercados (Nota nº 1.1). A Companhia irá repassar os montantes recebidos para Sendas, uma vez que a Companhia já recebeu da mesma o adiantamento pela alienação dos imóveis.

## 9.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
No início do exercício	(7)	(15)	(7)	(15)
Baixas de contas a receber	3	8	3	8
No fim do exercício	(4)	(7)	(4)	(7)

## 10. Estoques

São contabilizados inicialmente pelo valor do custo e reavaliados ao seu valor líquido de realização. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas no resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para reposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como reduções dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lojas	1.190	1.286	1.191	1.286
Centrais de distribuição	847	809	847	809
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº 10.2)	(86)	(49)	(86)	(49)
	1.951	2.046	1.952	2.046

## 10.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$42 (R\$40 em 31 de dezembro de 2022).

## 10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
No início do exercício	(49)	(78)	(49)	(96)
Adições	(37)	(112)	(43)	(113)
Baixas/reversões	-	143	-	141
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	-	5
Operações descontinuadas	-	-	6	14
Incorporação	-	-	-	-
No fim do exercício	(86)	(49)	(86)	(49)

## 11. Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários no curso normal de suas operações e todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS (nota nº 11.1)	660	856	660	856
PIS e COFINS (nota nº 11.2)	2.153	2.218	2.190	2.253
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (nota nº 11.3)	274	247	276	250
Imposto de renda e contribuição social	408	509	419	521
Outros	67	40	69	42
Total	3.562	3.870	3.614	3.922
Circulante	1.028	1.074	1.078	1.114
Não circulante	2.534	2.796	2.536	2.808

## 11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante à Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que grande volume dos itens comercializados no varejo é sujeito à substituição tributária e que, posteriormente, parte do imposto antecipado é objeto de ressarcimento, a Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, o qual foi elaborado considerando a expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados anualmente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuam para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram necessárias quaisquer modificações nos planos anteriormente elaborados.

	Controladora	Consolidado
Em	399	399
De 1 a 2 anos	105	105
De 2 a 3 anos	53	53
De 3 a 4 anos	42	42
De 4 a 5 anos	16	16
Após 5 anos	45	45
	660	660

No exercício de 2023 foi registrado o montante de R\$ 221 referente à atualização monetária do ressarcimento de ICMS-ST, sendo R\$133 na operação continuada e R\$88 na operação descontinuada.

## 11.2 Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e iv) avaliação contábil sobre o tema.

Em junho de 2022, a 2ª Turma do STJ reconheceu a ilegalidade da revogação antecipada do incentivo fiscal previsto na Lei 11.196/05. A Lei zerou as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas na venda de determinados produtos de tecnologia. Como resultado deste julgamento a Companhia registrou créditos no montante de R\$160 no segundo trimestre de 2022.

Em 6 setembro de 2022, a Companhia obteve decisão favorável em processo relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS que transita separadamente de outros processos do mesmo tema cujos créditos já foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em 2020. Em função da decisão favorável, a Companhia registrou um crédito adicional no montante de R\$106, dos quais R\$71 no resultado financeiro.

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em	497	534
De 1 a 2 anos	369	369
De 2 a 3 anos	493	493
De 3 a 4 anos	481	481
De 4 a 5 anos	313	313
	2.153	2.190

Além dos créditos registrados, a companhia possui ativos fiscais contingentes na ordem de R\$194 relacionados a créditos de PIS e COFINS.

## 11.3 INSS

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o tempo constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização dos respectivos créditos. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$161 em 31 de dezembro de 2023 (R\$151 em 31 de dezembro de 2022).

## 12. Partes relacionadas

Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento) do exercício findo em 2023 e 2022, foram as seguintes:

	Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações - Nota nº 24		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Conselho de Administração (*)	22.701	48.323	-	-	837	13.646
Diretoria	22.506	29.368	3.900	-		





\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Saldo em 31.12.2023			Saldo em 31.12.2022			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	232	-	232	422	-	422	
Edifícios	683	(322)	361	812	(367)	445	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.962	(1.556)	1.406	3.032	(1.578)	1.454	
Máquinas e equipamentos	2.470	(1.553)	917	2.403	(1.498)	905	
Instalações	371	(268)	103	382	(265)	117	
Móveis e utensílios	927	(599)	328	915	(577)	338	
Imobilizado em andamento	69	-	69	116	-	116	
Outros	157	(97)	60	125	(93)	32	
<b>Arrendamento - direito de uso:</b>	<b>7.871</b>	<b>(4.395)</b>	<b>3.476</b>	<b>8.207</b>	<b>(4.378)</b>	<b>3.829</b>	
Edifícios	6.164	(3.063)	3.101	5.805	(2.790)	3.015	
Equipamentos	-	-	-	37	(37)	-	
<b>Total</b>	<b>6.164</b>	<b>(3.063)</b>	<b>3.101</b>	<b>5.842</b>	<b>(2.827)</b>	<b>3.015</b>	
<b>14.2</b>	<b>14.035</b>	<b>(7.458)</b>	<b>6.577</b>	<b>14.049</b>	<b>(7.205)</b>	<b>6.844</b>	
Garantias	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 21.8.							
14.3 Custos de captação de empréstimos capitalizados							
O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$9 (R\$37 em 31 de dezembro de 2022). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 175,90% (177,29% em 31 de dezembro de 2022) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.							
14.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa							
	Controladora						
	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023		
Adições (i)	1.188	1.129	1.410	1.896			
Arrendamento	(472)	(217)	(491)	(431)			
Juros capitalizados	(9)	(37)	(9)	(37)			
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(634)	(803)	(874)	(1.474)			
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	644	850	978	1.444			
Total	717	922	1.014	1.398			
(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.							
(ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.							
14.5 Outras Informações							
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$115 na controladora (R\$95 em 31 de dezembro de 2022) e de R\$116 no consolidado (R\$95 em 31 de dezembro de 2022), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.							
15. Intangível							
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de softwares, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.							
Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.							
Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), iniciando a amortização quando se tornam operacionais.							
Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.							
Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.							
	Controladora						
	Saldo	Adições	Remen-suração	Amorti-zação	Transfe-rências	Saldo	
	31.12.2022					31.12.2023	
Ágio	519	-	-	-	-	519	
Marcas	47	-	-	-	(3)	47	
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-	
Softwares e implantação	1.033	119	-	(262)	(4)	1.020	
<b>Total</b>	<b>1.602</b>	<b>119</b>	<b>-</b>	<b>(262)</b>	<b>(7)</b>	<b>1.586</b>	
Arrendamento - direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça	305	-	97	(32)	(60)	310	
Softwares	14	-	-	(3)	-	11	
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>-</b>	<b>97</b>	<b>(35)</b>	<b>(60)</b>	<b>321</b>	
<b>Total</b>	<b>1.921</b>	<b>119</b>	<b>97</b>	<b>(297)</b>	<b>(67)</b>	<b>1.907</b>	
	Controladora						
	Saldo	Adições	Remen-suração	Amorti-zação	Transfe-rências	Saldo	
	31.12.2021					31.12.2022	
Ágio	502	-	-	-	-	502	
Marcas	47	-	-	-	-	47	
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-	
Softwares e implantação	945	174	-	(214)	(15)	1.033	
<b>Total</b>	<b>1.494</b>	<b>174</b>	<b>-</b>	<b>(217)</b>	<b>(15)</b>	<b>1.602</b>	
Arrendamento - direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça	414	-	20	(47)	(79)	305	
Softwares	27	-	-	(3)	(10)	14	
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>(50)</b>	<b>(89)</b>	<b>319</b>	
<b>Total</b>	<b>1.935</b>	<b>174</b>	<b>20</b>	<b>(267)</b>	<b>(104)</b>	<b>1.921</b>	
(*) Vide nota nº 1.3.							
	Controladora						
	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022					
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Ágio	519	-	519	519	-	519	
Marcas	47	-	47	3	-	3	
Fundo de comércio	-	-	-	47	-	47	
Softwares e implantação	2.301	(1.281)	1.020	2.058	(1.025)	1.033	
<b>Total</b>	<b>2.867</b>	<b>(1.281)</b>	<b>1.586</b>	<b>2.627</b>	<b>(1.025)</b>	<b>1.602</b>	
Arrendamento - direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça (*)	515	(205)	310	478	(173)	305	
Softwares	120	(109)	11	120	(106)	14	
<b>Total</b>	<b>635</b>	<b>(314)</b>	<b>321</b>	<b>598</b>	<b>(279)</b>	<b>319</b>	
<b>Total</b>	<b>3.502</b>	<b>(1.595)</b>	<b>1.907</b>	<b>3.225</b>	<b>(1.304)</b>	<b>1.921</b>	
(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.							
	Consolidado						
	Saldo	Adições	Amorti-zação	Remen-suração	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Saldo	
	31.12.2022					31.12.2023	
Ágio	541	6	-	-	-	547	
Marcas	47	-	-	-	312	41	
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-	
Direitos contratuais	1	-	-	-	(1)	-	
Softwares	1.073	151	(275)	(4)	14	1.064	
<b>Total</b>	<b>1.667</b>	<b>157</b>	<b>(275)</b>	<b>(9)</b>	<b>344</b>	<b>1.652</b>	
Arrendamento - direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça	305	-	(32)	(60)	97	310	
Softwares	14	-	(3)	-	-	11	
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>-</b>	<b>(35)</b>	<b>(60)</b>	<b>97</b>	<b>321</b>	
<b>Total</b>	<b>1.986</b>	<b>157</b>	<b>(310)</b>	<b>(69)</b>	<b>344</b>	<b>1.973</b>	
(*) Vide Nota nº 1.2							
	Consolidado						
	Saldo	Adições	Impairment	Amorti-zação	Remen-suração	Saldo	
	31.12.2021					31.12.2022	
Ágio	729	-	-	-	-	729	
Marcas	3.385	-	(19)	-	18	3.384	
Fundo de comércio	51	-	(3)	-	-	48	
Direitos contratuais	3	-	(1)	-	-	2	
Software	1.144	230	-	(268)	(20)	1.073	
<b>Total</b>	<b>5.312</b>	<b>230</b>	<b>(19)</b>	<b>(272)</b>	<b>(2)</b>	<b>5.263</b>	
Arrendamento - direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça	413	-	-	(47)	(78)	290	
Softwares	14	-	-	(3)	(11)	14	
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(50)</b>	<b>(89)</b>	<b>319</b>	
<b>Total</b>	<b>5.753</b>	<b>230</b>	<b>(19)</b>	<b>(322)</b>	<b>(91)</b>	<b>5.444</b>	
(*) Vide Nota nº 1.2							
	Consolidado						
	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022					
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Ágio	541	-	541	541	-	541	
Marcas	-	-	-	5	-	5	
Fundo de comércio	47	-	47	47	-	47	
Direitos contratuais	2	(2)	-	2	(1)	1	
Softwares	2.376	(1.312)	1.064	2.116	(1.043)	1.073	
<b>Total</b>	<b>2.966</b>	<b>(1.314)</b>	<b>1.652</b>	<b>2.711</b>	<b>(1.044)</b>	<b>1.667</b>	
Arrendamento - direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça (*)	514	(204)	310	478	(173)	305	
Software	120	(109)	11	120	(106)	14	
<b>Total</b>	<b>634</b>	<b>(313)</b>	<b>321</b>	<b>598</b>	<b>(279)</b>	<b>319</b>	
<b>Total intangível</b>	<b>3.600</b>	<b>(1.627)</b>	<b>1.973</b>	<b>3.309</b>	<b>(1.323)</b>	<b>1.986</b>	
(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.							
15.1 Teste de recuperação do ágio							
O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº 14.							
Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também é o segmento operacional da Companhia.							
O valor recuperável do segmento é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos cinco anos. As receitas foram projetadas considerando o histórico de vendas e projeção da inflação, sem considerar a expansão. O lucro bruto e as despesas operacionais foram projetadas considerando o percentual histórico ajustado com ganhos operacionais, eficiência e expectativa de inflação. O capital de giro considera a melhoria operacional em dias de custo da mercadoria vendida. Os investimentos (CAPEX) necessários para manutenção das UGCs foram baseados no plano de investimento para o ano de 2024 e no histórico médio de investimento no longo prazo. A taxa de desconto nominal aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (11,7% em 2022), e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,7% (5,4% em 31 de dezembro de 2022). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.							
Análise de sensibilidade							
Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.							
15.2 Fundo de comércio							
Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.							
No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.							
Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.							
15.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa							
	Controladora						
	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023		
Adições	119	174	157	230			
Arrendamento	-	(2)	-	(2)			
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>172</b>	<b>157</b>	<b>228</b>			
16. Fornecedores e Fornecedores - Convênios							
	Controladora						
	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023		
Fornecedores de produtos	2.845	2.610	2.891	2.618			
Fornecedores de serviços	211	242	217	247			
Acordos comerciais (nota nº 16.2)	(379)	(337)	(379)	(337)			
<b>Total</b>	<b>2.677</b>	<b>2.515</b>	<b>2.729</b>	<b>2.528</b>			
Fornecedores - convênios (nota nº 16.1)	524	595	524	595			
16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos							
A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "forfait" / "confirming" / "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credoras e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.							
A Administração, com base no IAS7/CPC3(R2) e IFRS7/CPC40(R1), avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.							
Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.							
Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.							
A Companhia tem o direito de receber um prêmio pela indicação dos fornecedores para essas operações de antecipação de títulos, a qual é reconhecida diretamente ao resultado, no valor de R\$ 11 em 31 de dezembro de 2023 (R\$18 em 31 de dezembro de 2022).							
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R\$ 524 (R\$ 595 em 31 de dezembro de 2022).							
Os saldos de Fornecedores e Fornecedores - Convênio, são similares e não ultrapassam o prazo de 65 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2023.							
16.2 Acordos Comerciais							
Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.							
17. Empréstimos e financiamentos							
17.1 Composição da dívida							
		Controladora				Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022		
Debêntures e nota promissória	-	-	-	-	-	-	
Debêntures e Certificados de recebíveis de imobiliário e Notas promissórias (nota nº 17.4)	1,60% a.a.	3.350	2.679</				

## COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber da operação ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.
- Os saldos de Outros Contas a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.
- (ii) Risco de taxa de juros  
A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.
- (iii) Risco de taxa de câmbio  
As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps e NDF (Non-Deliverable Forward), que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.
- (iv) Risco de gestão de capital  
O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.  
Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2023. A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.794	3.632	2.971	3.751
Contas a receber	420	344	458	417
Instrumentos financeiros derivativos	(27)	(58)	(27)	(58)
Empréstimos e financiamentos	(5.246)	(5.805)	(5.246)	(5.805)
Dívida líquida	(2.059)	(1.887)	(1.844)	(1.695)
Patrimônio líquido	(4.717)	(11.545)	(4.722)	(13.733)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	44%	16%	39%	12%

- (v) Risco de gestão de liquidez  
A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.  
O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.220	5.049	269	6.538
Passivo de arrendamento	957	3.248	3.509	7.711
Fornecedores	2.677	–	–	2.677
Fornecedores convênio	524	–	–	524
<b>Total</b>	<b>5.378</b>	<b>8.294</b>	<b>3.778</b>	<b>17.450</b>

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.220	5.049	269	6.538
Passivo de arrendamento	959	3.248	3.510	7.717
Fornecedores	2.729	–	–	2.729
Fornecedores Convênio	524	–	–	524
<b>Total</b>	<b>5.432</b>	<b>8.297</b>	<b>3.779</b>	<b>17.508</b>

- (vi) Instrumentos financeiros derivativos  
Algumas operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda local.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de referência dos contratos era R\$189 (R\$469 em 31 de dezembro de 2022). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexado, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps ou forwards tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilização de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Consolidado			
	Valor de referência	Valor justo	31.12.2023	31.12.2022
Swap com contabilização de hedge				
Objeto de hedge (dívida)			189	469
Posição ativa (comprada)			189	469
Taxa prefixada	TR + 9,80% a.a.		22	22
US\$ + fixa	US\$ + 1,87% a.a.		167	447
			189	469
Posição passiva (vendida)				
CDI + 1,16% a.a.			(189)	(469)

Objeto de hedge (dívida)  
Posição ativa (comprada)  
Taxa prefixada  
US\$ + fixa  
Posição passiva (vendida)  
CDI + 1,16% a.a.

Posição de hedge - ativo  
Posição de hedge - passivo  
Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$27 (R\$58 em 31 de dezembro de 2022), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

- (vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos  
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos swaps cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

- 18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros  
Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (i) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (ii) e (iii), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$4,95 por dólar no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 10,41% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

- (i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Projeção de mercado		
		Saldo em 31.12.2023	Cenário I	Cenário II
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,11% a.a.	(6)	(1)	(1)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	CDI + 1,20% a.a.	(170)	(15)	(16)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,60% a.a.	(3.387)	(398)	(432)
Empréstimos bancários - CBD	CDI + 1,84% a.a.	(1.753)	(175)	(189)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(5.316)	(588)	(638)
Caixa e equivalentes de caixa (*)	100,15% do CDI	2.651	277	305
Aplicações Financeiras (*)	100,15% do CDI	17	2	2
Aplicações Financeiras		760	29	29
Exposição líquida:		(1.888)	(280)	(302)
(*) média ponderada				(257)

- 18.3 Mensuração de valor justo  
A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Nível
	31.12.2023	31.12.2023	
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda		159	159
Swaps de taxa de juros entre moedas		(28)	(28)
Swaps de taxas de juros		1	2
Aplicações Financeiras - Ações Êxito		740	740
NDF - (non deliverable forward)		20	20
Aplicações Financeiras - CDB		17	17
Empréstimos e financiamentos (valor justo)		(149)	(149)
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)		(5.097)	(5.018)
Total		(4.337)	(4.258)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura. As aplicações financeiras - "Ações Êxito" são classificadas no nível 1, pois possuem preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos.

- 18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos  
A Companhia e suas subsidiárias mantêm contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, BBVA e Santander.  
A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2023	31.12.2022
Dívida				
USD - BRL	US\$ 50 milhões	2023	–	(35)
USD - BRL	US\$ 30 milhões	2024	(28)	(23)
Taxa de juros - BRL	R\$ 21	2026	1	–
Aplicação Financeira				
USD - BRL	US\$ 156 milhões	2024	20	–
Total			(7)	(58)

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023, resultaram em uma perda de R\$48 (perda de R\$83 em 31 de dezembro de 2022).

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados  
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

- 19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09(ii)	38	109	38	109
Impostos parcelados - PERT(i)	–	–	–	–
ICI (iii)	54	110	54	110
ICMS	176	127	178	130
Outros	9	17	11	18
	393	363	397	367
Circulante	324	308	328	312
Não circulante	69	55	69	55

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, conforme condições descritas na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre pagamento de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota nº 22.2). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

- (ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de moral/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções de dívida proporcionada pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

(iii) A Companhia decidiu incluir débitos de IPI no Programa de Autorregularização (instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168, de 28 de dezembro de 2023) que concedeu benefícios como redução de multas e juros, além da possibilidade de pagamento com utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como parcelamento em até 48 vezes. Os ganhos oriundos destes descontos não serão tributados pelo IRPJ/CSLL/PIS/COFINS conforme disposto na legislação.

- 19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

	Consolidado
Em	18
De 1 a 2 anos	51
De 2 a 3 anos	69

20. Imposto de renda e contribuição social  
Imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre o renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Após decisão desfavorável do STF, em fevereiro de 2023, acerca dos limites da Coisa Julgada, com modulação para aplicação de seus efeitos a partir de setembro de 2007, a Companhia passa a ser contribuinte da Contribuição Social a partir da alíquota de 9%, que deverá ser somada a alíquota do Imposto de Renda de 25% para perfazer o total de 34%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo contábil contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. As diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

Provisão de imposto de renda e contribuição social

Provisão de imposto de renda e contribuição social a pagar  
Imposto de renda e contribuição social incertos - (ICPC22)  
Programa de autorregularização (i)

Circulante  
Não circulante

(i) A Companhia decidiu incluir débitos de CSLL no Programa de Autorregularização (instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168, de 28 de dezembro de 2023) que concedeu benefícios como redução de multas e juros, além da possibilidade de pagamento com utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como parcelamento em até 48 vezes. Os ganhos oriundos destes descontos não serão tributados pelo IRPJ/CSLL/PIS/COFINS conforme disposto na legislação.

Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social  
Em atendimento ao IFRIC23/CPIC22 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como chance de êxito maior que a chance de não êxito da causa (more likely than not).

IRPJ, CSLL - O GAZ possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$512 em 31 de dezembro de 2023 (R\$595 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ e CSLL, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calandário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$2.425 em 31 de dezembro de 2023, (R\$1.922 em 31 de dezembro de 2022).

20.2 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(449)	(1.434)	(332)	(1.315)
Crédito de IR e CSLL	153	488	113	447
Multas fiscais indutíveis	(20)	(10)	(27)	(10)
Equivalência patrimonial	249	(97)	261	(51)
Juros sobre capital próprio	–	24	–	24
Benefícios fiscais	4	11	4	11
Juros SELIC decorrentes de indébitos tributários (*)	144	112	144	113
Subvenção para investimentos (**)	–	138	–	138
Imposto sobre resultados auferidos no exterior	–	–	–	(9)
Efeito do reconhecimento da CSLL (***)	305	(180)	305	(180)
IRPJ e CSLL diferidos não constituído sobre Prejuízo fiscal e Base negativa (****)	(400)	–	(400)	–
Outras diferenças permanentes	(5)	(39)	18	(29)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	430	447	418	454

Imposto de renda e contribuição social do exercício:  
Correntes  
Diferidos

Crédito de imposto de renda e contribuição social  
Taxa efetiva

(\*) Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em sede de repercussão geral, pela inconstitucionalidade da cobrança de IRPJ e CSLL sobre valores relativos à Juros Selic decorrentes de indébitos tributários.

(\*\*)



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

\* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>				
Adições	1.025	570	78	1.673
Pagamentos	(61)	(185)	(106)	(352)
Reversões	(40)	(115)	(16)	(171)
Atualização monetária	58	48	37	143
Incorporação - nota nº 1.3	-	4	1	5
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.761</b>	<b>658</b>	<b>194</b>	<b>2.613</b>

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$4.300 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.037 em 31 de dezembro de 2022), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	473	488	474	490
De 1 a 5 anos	1.798	1.763	1.800	1.766
Mais de 5 anos	2.024	1.779	2.026	1.781
<b>4.295</b>	<b>4.030</b>	<b>4.300</b>	<b>4.037</b>	<b>3.038</b>
Encargos futuros de financiamento	3.416	3.036	3.417	3.038
<b>7.711</b>	<b>7.066</b>	<b>7.717</b>	<b>7.075</b>	

Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil  
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento  
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento  
A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 27. A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 12,73% no período findo em 31 de dezembro de 2023 (10,15% em 31 de dezembro de 2022).  
Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 6,05% (6,52% em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio dos contratos considerados é de 7,3 anos (9,78 anos em 31 de dezembro de 2022).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
Captação	472	491	472	491
Remensuração	357	479	357	479
Provisão de juros	474	554	474	554
Amortizações	(900)	(1.162)	(900)	(1.162)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(138)	-	(138)	-
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	179	-	179
Desconsolidação do Êxito	-	(132)	-	(132)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.295</b>	<b>4.300</b>	<b>4.295</b>	<b>4.300</b>

Passivo circulante  
Passivo não circulante  
**Em 31 de dezembro de 2021**  
Captação  
Remensuração  
Provisão de juros  
Amortizações  
Baixa por antecipação do encerramento do contrato  
Ajuste de conversão para moeda de apresentação  
Passivos mantidos para venda  
**Em 31 de dezembro de 2022**  
Passivo circulante  
Passivo não circulante  
Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Recetas e (Despesas) do período:</b>				
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	(23)	(51)	(26)	(61)
Receta com subarrendamentos (*)	74	134	74	135

(\*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

**Recetas a apropriar**  
As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Compromisso de venda futura de imóveis	35	25	35	25
Contrato de prestação de serviço - Parcerias	35	50	35	50
Receta com operadoras de cartão de crédito e bancos	-	-	131	129
Cartão Presente	40	47	40	47
Outros	2	2	2	2
<b>112</b>	<b>124</b>	<b>243</b>	<b>253</b>	

**Patrimônio líquido**  
a. Capital social  
O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é representado por 270.139 (270.139 em 31 de dezembro de 2022) milhares de ações nominativas sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$1.807 (R\$ 5.861 em 31 de dezembro de 2022).  
A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.  
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2023, foi aprovado um aumento de capital no montante de R\$2.605 (R\$2 em 31 de dezembro de 2022) mediante a capitalização de reservas, sem a emissão de novas ações (763 mil ações em 31 de dezembro de 2022).  
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2023, foi aprovada a proposta para envio à AGE da Companhia para o ajuste a menor no valor da redução do capital social aprovada na AGE do dia 14 de fevereiro de 2023 no valor de R\$6.659 referente ao valor contábil da participação do Êxito o qual foi distribuído a seus acionistas. Em 30 de outubro de 2023, tal proposta foi aprovada em AGE da Companhia.  
Direito de ações  
Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar -se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.  
Em relação ao direito a dividendos, o Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.

b. Reservas de lucros  
(i) Reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.  
(ii) Reserva para expansão, constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.  
c. Opções outorgadas  
Na rubrica "Opções outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1) (IFRS 2) - Pagamentos com base em Ações.  
Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").  
A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.  
O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfetas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeta ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfetas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.  
Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.  
Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfetas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.  
O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.  
A seguir descrevemos os planos com opções vigentes:  
Plano de Remuneração  
O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê"). Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").  
O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.  
O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício"). O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.  
O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.  
A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.  
Plano de opção  
O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê"). Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício"). As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.  
O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.  
O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.  
Por deliberação do Comitê não houve emissão do plano de opção em 2023.  
As informações relativas aos planos vigentes estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	data de exercício (*)	Preço de exercício na data da outorga	Quantidade de opções (em milhares)				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B7	31/01/2021	31/05/2023	0,01	673	(345)	(328)	-	-
Série C7	31/01/2021	31/05/2023	12,60	497	(161)	(336)	-	-
Série B8*	31/05/2022	31/05/2025	0,01	1.617	(347)	(1.270)	-	-
Série C8*	31/05/2022	31/05/2025	17,28	1.328	-	(1.328)	-	-
Série B9	01/07/2023	01/07/2026	0,01	487	-	-	-	487
Série B10	31/05/2023	31/05/2026	0,01	4.875	-	-	-	4.875
				<b>9.477</b>	<b>(853)</b>	<b>(3.262)</b>		<b>5.362</b>

A Companhia efetuou o cancelamento da série B em virtude da segregação e descontinuação da operação do Êxito, descrita na nota 1.2.  
Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA  
Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (vested) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.  
As opções de ações outorgadas vigentes podem representar o máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.  
Em 31 de dezembro de 2023, havia 160 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$ 4,06 para cada ação.  
O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2023 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2023	
	31.12.2023	31.12.2022
Quantidade de ações total	270.139	270.139
Saldo das séries outorgadas em vigor	5.362	3.038
Percentual máximo de diluição	1,99%	1,12%

continua

21.2. Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.  
Os principais processos tributários provisionados são como segue:  
ICMS  
Existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2023, a Companhia mantém provisão de R\$354 (R\$329 em 31 de dezembro de 2022), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo. Além desse assunto, a Companhia possui autuações relativas à glosa de crédito de energia elétrica, que, após julgamento do STF, desafetando a ação relativa à matéria sob a alegação de ser tema infraconstitucional, a Companhia reavaliou e concluiu pelo provisionamento de R\$297 (R\$285 em 31 de dezembro de 2022) dos processos por entender que as chances de êxito ficaram reduzidas.  
Outros assuntos tributários  
A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$36 (R\$51 em 31 de dezembro de 2022).  
Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 para esses assuntos é R\$421 (R\$380 em 31 de dezembro de 2022).  
Indenizatório com Sendas  
A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2023 o valor total é de R\$42, sendo que R\$3 processos tributários, R\$19 trabalhista e R\$20 cível (R\$24, sendo que de processos tributários é R\$3, trabalhista R\$12 e cível R\$9 em 31 de dezembro de 2022).  
Previdenciárias e trabalhistas  
A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém provisão no montante de R\$804 (R\$668 em 31 de dezembro de 2022). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.  
Cíveis, regulatórias e outros  
A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.  
Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias respondem a diversas ações cíveis ajuizadas por consumidores, fornecedores e prestadores de serviço, além de ajuizarem e responderem a ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre a vigência e sobre os valores de aluguéis em suas relações locatícias. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, após a realização da pericia judicial (laudo técnico) e quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante da provisão para essas ações é de R\$32 (R\$46 em 31 de dezembro de 2022), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuizam e respondem a algumas ações judiciais e administrativas relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (Ministério Público, ANVISA, PROCONs, INMETRO, Prefeituras e outros) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2023, o montante da provisão para essas ações é de R\$116 (R\$83 em 31 de dezembro de 2022).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2023 é de R\$91 (R\$71 em 31 de dezembro de 2022).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2023 é de R\$239 (R\$200 em 31 de dezembro de 2022).  
21.6. Passivos contingentes não provisionados  
A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$13.726 em 31 de dezembro de 2023 (R\$11.864 em 31 de dezembro de 2022), e são relacionadas principalmente a:  
• INSS - O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$699 em 31 de dezembro de 2023 (R\$616 em 31 de dezembro de 2022). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.  
• IRRF, II e IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$261 em 31 de dezembro de 2023 (R\$235 em 31 de dezembro de 2022).  
• COFINS, PIS e IPI - A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$5.921 de 31 de dezembro de 2023 (R\$4.625 em 31 de dezembro de 2022).  
• ICMS - O GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) - art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes de vendas financiadas e (v) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$6.367 em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.901 em 31 de dezembro de 2022), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.  
• ISS, IPTU, Taxas e outros - Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor montante R\$128 de 31 de dezembro de 2023 (R\$131 em 31 de dezembro de 2022) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.  
• Outras demandas judiciais - referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$350 de 31 de dezembro de 2023 (R\$356 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido de processos tributários é R\$341 (R\$419 em 31 de dezembro de 2022).  
A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido de R\$1.494 sendo tributário R\$1.398 e Cível e outros R\$96 (R\$ 1.352, sendo tributário R\$1.309 e Cível e outros R\$43 em 31 de dezembro de 2022).  
A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do ônus do desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2023 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$165 (R\$142 em 31 de dezembro de 2022).

21.7. Depósitos judiciais  
A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Tributárias	122	209	122	210
Trabalhistas	338	478	341	483
Cíveis e outras	53	59	54	66
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>746</b>	<b>517</b>	<b>759</b>

	Carta de fiança / Seguro garantia		Total
	31.12.2023	31.12.2022	
Tributárias	509	572	10.257
Trabalhistas	-	1.207	1.000
Cíveis e outras	9	449	458
<b>Total</b>	<b>518</b>	<b>12.301</b>	<b>11.099</b>

O custo das garantias é aproximadamente 0,49% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.  
21.9. Grupo Casas Bahia (ex-Via)  
A Companhia deixou de exercer o controle societário do Grupo Casas Bahia ("GCB") em junho de 2019. No 2º trimestre de 2021 o GCB tomou determinadas providências e substituiu integralmente as garantias que haviam sido prestadas a terceiros pelo GPA em favor daquela companhia, não restando mais nenhuma obrigação do GPA sobre referido assunto. O Acordo Operacional anteriormente firmado, expirou em outubro de 2021 e, portanto, se encontra encerrado. O GCB ainda faz uso da marca Extra para a venda de produtos por ela comercializados em razão do Contrato de Licença de Uso da marca Extra, que permite ao GCB realizar atividades de comércio eletrônico pelo domínio Extra.com. Com o término do Acordo Operacional o GPA também pode promover comércio eletrônico de eletroeletrônicos em quaisquer plataformas.  
O GPA, em conjunto com Sendas, GCB e Itaú Unibanco são sócios da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC").  
A CBD é titular de crédito contra o GCB decorrente de trânsito em julgado de determinada ação tributária, cujos valores foram calculados por empresa especializada contratada pelas partes envolvidas e estão sendo discutidos com GCB para o devido repasse. A CBD também é responsável, por outro lado, por eventuais superveniências passivas incorridas até determinada data, se transitadas em julgado, em nome da antiga Globex. A Companhia registrou tais superveniências passivas na medida em que a administração as considerou como provável de perda pelo andamento processual e/ou reuniram documentação que suportaram tal perda.

22. Operações de arrendamento mercantil  
22.1. Obrigações de arrendamento mercantil  
Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.  
A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.  
A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias  
A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).  
Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida do Direito de Uso (notas nº 14 e 15), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.  
O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.  
Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.  
Os atos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B9: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 45,86% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,97%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B10: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 78,97% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,58%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2023 é de 2,43. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$3,49.

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício		Média ponderada do prazo contratual remanescente	
		R\$	Em anos	R\$	Em anos
<b>Total a exercer em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.038</b>	<b>8,46</b>	<b>2,13</b>	<b>2,13</b>	<b>2,13</b>
Outorgadas durante o período	5.362	0,01	-	-	-
Canceladas durante o período	(3.038)	8,46	-	-	-
<b>Total a exercer em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.362</b>	<b>0,01</b>	<b>2,43</b>	<b>2,43</b>	<b>2,43</b>

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$14 (R\$27 em 31 de dezembro de 2022).

24.1 Reserva de subvenção (incentivos fiscais)  
Conforme mencionado na nota nº 20.1, muitos dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social.

Os respectivos montantes desses incentivos deverão ser alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL.

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados à Companhia nos anos de 2013 a 2017.

Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2019.

Em dezembro de 2020 a Companhia destinou mais R\$9 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2021.

Em dezembro de 2021 a Companhia destinou mais R\$2.282 para reserva de incentivos fiscais, a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, base acumulada do valor de crédito lançado no imposto de renda do exercício.

Em dezembro de 2022 a Companhia destinou mais R\$613 para reserva de incentivos fiscais, sendo R\$ 235 referente a incentivos fiscais gerados em anos anteriores a 2022 transferidos da reserva de expansão e R\$378 a serem constituídos à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

24.2 Dividendos e Juros sobre capital próprio  
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

Em 2022 e 2023 não houve base para a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios.

25. Receita de venda de bens e/ou serviços  
O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

**Vendas de mercadorias**  
As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

**Receita de prestação de serviços**  
Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

Receita bruta de vendas:  
Mercadorias 20.409 17.831 20.517 18.392  
Prestação de serviços e outros 153 180 293 289  
Devoluções e cancelamento de vendas (152) (150) (152) (150)  
20.410 17.861 20.618 18.531

Impostos sobre vendas (1.360) (1.175) (1.368) (1.210)  
Receita líquida 19.050 16.686 19.250 17.321

26. Despesas por natureza  
**Custo das mercadorias vendidas**  
O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.  
O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

**Despesas com vendas**  
As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com marketing referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

**Despesas gerais e administrativas**  
As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Custo com estoques (13.238) (11.606) (13.345) (12.047)  
Despesas com pessoal (2.544) (2.133) (2.573) (2.227)  
Serviços de terceiros (290) (290) (296) (301)  
Despesas funcionais (797) (715) (803) (748)  
Despesas comerciais (656) (568) (656) (586)  
Outras despesas (423) (368) (438) (407)  
(17.948) (15.680) (18.111) (16.316)

Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços (14.322) (12.561) (14.433) (13.019)  
Despesas com vendas (3.105) (2.586) (3.104) (2.699)  
Despesas gerais e administrativas (521) (533) (574) (598)  
(17.948) (15.680) (18.111) (16.316)

27. Outras despesas operacionais, líquidas  
As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

Parcelamento de impostos e contingências tributárias (25) (141) (25) (141)  
Gastos com integração e reestruturação (374) (307) (374) (315)  
Resultado com ativo imobilizado (\*) 188 31 186 23  
Outros - (1) - - (1)  
Total (211) (418) (213) (434)

(\*) O resultado com ativo imobilizado é composto principalmente por duas transações. Em junho de 2023, a Companhia celebrou uma transação de Sale and Leaseback mediante a assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis para subsequente locação tendo como objeto a venda de 11 lojas próprias de supermercados do GPA a um fundo privado com valor total de R\$330, nota nº 1.3. O ganho nessa operação foi de R\$85. Em setembro de 2023 a Companhia alienou definitivamente o imóvel de sua propriedade localizado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, onde anteriormente funcionava um hipermercado da bandeira Extra. Tal transação foi celebrada pelo valor de R\$ 247, nota 1.4. O ganho sobre a operação foi de R\$ 66.

28. Resultado financeiro líquido  
As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

Controladora Consolidado  
31.12.2023 31.12.2022 31.12.2023 31.12.2022

Despesas financeiras:  
Custo da dívida (835) (847) (851) (863)  
Custo com antecipação de recebíveis (73) (51) (74) (53)  
Atualizações monetárias passivas (187) (147) (188) (148)  
Juros sobre passivo de arrendamento (455) (393) (455) (393)  
Outras despesas financeiras (73) (65) (74) (71)  
Total de despesas financeiras (1.623) (1.503) (1.642) (1.528)

Recitas financeiras:  
Rentabilidade de equivalentes de caixa e aplic. financeira 327 127 400 137  
Atualizações monetárias ativas 226 638 229 640  
Outras receitas financeiras 1 1 4 1  
Total de receitas financeiras 554 766 633 778  
Total (1.069) (737) (1.009) (750)

Os efeitos do hedge são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota nº 18.

29. Lucro (prejuízo) por ação  
O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:  
• Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.  
• Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Numerador básico 31.12.2023 31.12.2022  
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. continuadas 85 (863)  
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas (2.356) 691  
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas (2.271) (172)

Denominador básico (milhões de ações) 270 269  
Média ponderada da quantidade de ações 0,31484 (3,20372)  
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações continuadas (8,72659) 2,56521  
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - total (8,41175) (0,63851)

Numerador diluído 31.12.2023 31.12.2022  
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. continuadas 85 (863)  
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas (2.356) 691  
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas (2.271) (172)

Denominador diluído 270 269  
Média ponderada diluída das ações (milhões) 5 -  
Opções de compra de ações 275 269  
Lucro (prejuízo) diluído por ações (R\$) - operações continuadas 0,30868 (3,20372)  
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas (8,72659) 2,56521  
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - total (8,41791) (0,63851)

30. Informações sobre os segmentos  
A Administração considera que possui apenas um segmento denominado "Varejo", que inclui as bandeiras "Pão de Açúcar", "Extra Supermercado", "Mercado Extra", "Minimercado Extra", "Minuto Pão de Açúcar", "Posto Extra", e "GPA Malls".

Conforme descrito na nota nº 1.2, o Grupo Êxito, anteriormente apresentado como um segmento separado, está sendo apresentado como operação descontinuada, sendo considerado um segmento até conclusão da distribuição das ações detidas pela Companhia aos acionistas diretos dela.

Os "outros negócios" compreendem também as operações do James (incorporada na controladora em dezembro de 2022), Stix e o resultado de equivalência da Cdiscount.

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.  
As despesas relacionadas à descontinuidade das operações do Grupo Êxito e o imposto sobre lucro auferido no exterior pago no Brasil são considerados no segmento Grupo Êxito.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 14 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas no quadro a seguir:

Operação descontinuada  
Varejo Êxito  
2023 2022 2023 2022

Descrição 2023 2022 2023 2022  
Receita líquida de vendas 19.181 17.250 - -  
Lucro bruto 4.747 4.228 - -  
Depreciação e amortização (1.005) (911) - -  
Equivalência patrimonial 51 44 - -  
Lucro operacional (39) (267) - -  
Resultado financeiro líquido (1.019) (747) - -  
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL (1.058) (1.014) - -  
IR e CSLL 422 456 - -  
Lucro (prejuízo) de op. Continuadas (636) (558) - -  
Lucro (prejuízo) de op. Descontinuadas (665) 864 (1.555) (7)  
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (1.301) 306 (1.555) (7)

Ativo circulante 2023 2022 2023 2022  
Ativo não circulante 14.448 15.203 - 20.809  
Passivo circulante 6.015 6.314 - 11.260  
Passivo não circulante 11.102 12.358 - -  
Patrimônio líquido 4.690 4.163 - 9.549

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejistas de alimentos e outros produtos. A receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

Pão de Açúcar 8.682 7.629  
Extra/Compre Bem 5.832 5.339  
Proximidade 2.969 2.476  
Postos/ Delivery 1.698 1.806  
Outros 69 71  
19.250 17.321

2023 2022 2023 2022  
Transações não caixa  
A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

• Compras de imobilizado que ainda não foram pagas: na nota nº 1.4.1;  
• Compras de ativo intangível que ainda não foram pagas: na nota nº 15.2;  
• Novos contratos de arrendamento mercantil: na nota nº 22.2

32. Ativos mantidos para venda ou distribuição  
Ativos não circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata ou para distribuição aos acionistas em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas ou distribuição de tais ativos sendo altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda ou distribuição, o prazo estimado para que a venda ou distribuição seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda ou distribuição aos acionistas envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independentemente se a Companhia reterá participação como não controladora em sua antiga subsidiária após a venda ou distribuição. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

Imóveis/terrenos - controladora 31.12.2023 31.12.2022 31.12.2023 31.12.2022  
Grupo Êxito (nota nº 1.2) - 34 - 34  
Ativos mantidos para venda ou distribuição - 7.367 - 20.809  
Grupo Êxito (nota nº 1.2) - - - 20.843  
Outros - 227 - 227  
Passivos mantidos para venda ou distribuição - 227 - 11.487

33. Operações descontinuadas  
(a) Operação descontinuada Grupo Êxito:  
Em 31 de dezembro de 2022 a companhia apresenta o Êxito como atividade descontinuada. Vide nota nº 1.2. Seguem abaixo o balanço patrimonial e o fluxo de caixa resumido do Grupo Êxito, a demonstração do resultado do Grupo Êxito antes das eliminações:

Balanço Patrimonial 31.07.2023 31.12.2022

Ativo Circulante 1.257 1.869  
Caixa e equivalente de caixa 3.121 3.016  
Estoques 897 664  
Tributos a recuperar 718 806  
Outros ativos circulantes 5.993 6.355

Não Circulante 391 374  
Investimentos em associadas 2.918 2.663  
Propriedades para investimento 9.356 8.277  
Imobilizado Intangíveis 3.323 3.951  
Outros ativos não circulantes 155 183  
Total do ativo não circulante 16.143 14.454  
Total do ativo 22.136 20.809

Passivo Circulante 4.024 5.360  
Fornecedores 381 382  
Obrigações Sociais e Trabalhistas 430 278  
Impostos e contribuições a recolher 1.814 284  
Empréstimos e financiamentos 355 302  
Outros passivos circulantes 1.217 1.349  
Total do passivo circulante 8.221 7.955

Não Circulante 403 582  
Empréstimos e financiamentos 1.584 1.504  
Passivo de arrendamento 1.197 1.016  
Imposto de renda e contribuição social diferidos 187 204  
Outros passivos não circulantes 3.371 3.306  
Total do passivo não circulante 10.544 9.548  
Total do passivo e patrimônio líquido 22.136 20.809

Fluxos de Caixa:  
Caixa aplicado nas atividades operacionais (723) 1.044  
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (1.602) (585)  
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento 367 (1.514)  
Variação de caixa no período (1.958) (1.055)

Demonstração do Resultado - Grupo Êxito 31.07.2023 31.12.2022  
Receita líquida de vendas 13.809 25.175  
Lucro bruto 3.609 6.386  
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (1.520) 519  
Imposto de renda e contribuição social (35) (526)  
Lucro do período (1.555) (7)

(b) Operação descontinuada Extra Hiper e ex-subsidiárias  
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper (vide nota nº 1.1), e o resultado líquido está apresentado como operação descontinuada. GPA é responsável também por contingências tributárias e trabalhistas da sua antiga subsidiária Globex. Os efeitos líquidos de impostos dessas operações descontinuadas totalizaram uma despesa R\$665 em 31 de dezembro de 2023 relacionada principalmente às contingências tributárias e indenizações trabalhistas (ganho de R\$864 em 31 de dezembro de 2022 está relacionado principalmente com o ganho na alienação das lojas Extra Hiper líquido de outros custos relacionados à desmobilização de lojas no valor de R\$1.564.

(c) Reconciliação do Lucro Líquido:  
Reconciliação do Lucro Líquido das operações descontinuadas 31.12.2023 31.12.2022  
Grupo Êxito (\*) (1.555) (7)  
Operação descontinuada Extra Hiper e ex-subsidiárias (665) 864  
Lucro das operações descontinuadas (2.220) 857

(\*) O lucro é composto pela reciclagem do resultado abrangente composto principalmente pelo ajuste acumulado de conversão do balanço em pesos colombianos do momento da aquisição até a perda do controle no montante de R\$(1.360), outros itens do resultado abrangente no montante de R\$23, remensuração da parcela remanescente no montante líquido da baixa do investimento no valor de R\$(746) e o lucro líquido do período findo em 31 de julho de 2023 no montante de R\$528.

34. Cobertura de seguro  
A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2023, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados Montante da Cobertura  
Imobilizado e estoques 21.735 21.821  
Lucros cessantes 5.362 5.362  
Perdas e danos 289 289

Autônomos e outros (\*)  
A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$ 200, responsabilidade civil administradores no valor de R\$ 134 e risco de proteção de danos e responsabilidade Cibernética (Cyber) no valor de R\$ 14. Totalizando o valor de cobertura R\$ 348. (\*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos casos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

35. Eventos subsequentes  
35.1 Alienação das ações remanescentes detidas no Grupo Êxito  
Em 23 de janeiro de 2024 após a conclusão da OPA lançada pelo Grupo Calleja para a aquisição das ações do Êxito, realizada na Colômbia e Estados Unidos, o GPA recebeu o montante de US\$156 (correspondente a R\$789), pela venda da totalidade da participação remanescente do GPA no capital social do Êxito, correspondente a 13,31% (nota 1.2).

35.2 Assembleia Geral Extraordinária  
Na Assembleia geral extraordinária realizada em 11 de janeiro de 2024, a Companhia aprovou a fixação de 9 (nove) membros para o novo mandato do Conselho de Administração, cuja eleição estará condicionada à liquidação da Potencial Oferta.

Na Assembleia geral extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2024, a Companhia aprovou o aumento do limite do capital autorizado da Companhia em até o limite de 800.000.000 (oitocentos milhões) de ações ordinárias.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jean-Charles Henri Nauri (Presidente do Conselho de Administração) Christophe José Hidalgo (Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração) Hervé Audin (membro)  
Arnau Daniel Charles Walter Joachim Strasser Marcelo Pimentel (membro) Luiz Augusto de Castro Neves (membro independente)  
(Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração) Eleazar de Carvalho Filho (membro independente) Renan Bergmann (membro independente)

## DIRETORIA

Rafael Sirotsky Russowsky - Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores Marcelo Pimentel - Diretor Presidente Joaquin Sousa - Diretor Comercial  
Frédéric Garcia - Diretor de Negócios

## COMITÊ DE AUDITORIA

Eleazar de Carvalho Filho Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro Christophe Hidalgo  
Fernando Dal-Ri Múrcia - Especialista Contábil e de Auditoria Renan Bergmann  
Gisélia da Silva

## CONTADOR

Eduardo Rogério da Silva Almeida CRC - ISP234567 Gerente de Contabilidade Sr.

continua →



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

★ continuação

## Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício 2023

## Informações iniciais

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpari.com.br/>

## Atividades do Comitê em 2023

O Comitê reuniu-se, no ano de 2023, em 16 sessões, sendo 8 delas ordinárias, agendadas conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias, tendo passado pelos temas que são de sua competência, conforme previsto, no Art. 12 de seu Regimento Interno, tais como:

- a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, incluindo a prestação de qualquer outro serviço à Companhia, e supervisionar as atividades dos auditores independentes;
- b) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações do relatório da administração, as demonstrações financeiras, as demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- c) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

- d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- f) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna; e
- g) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia.

As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, da auditoria interna e outros gestores da Companhia. Os auditores independentes estiveram presentes em 12 reuniões do Comitê.

Com base nas análises das informações prestadas pela Gestão da Companhia e pela Auditoria Independente, bem como no acompanhamento das atividades da Diretoria de Gestão de Riscos, Auditoria Interna, Corporate Forensic, Controles Internos, Compliance e Ouvidoria, o Comitê concluiu que todos os temas relevantes foram dados a conhecer e estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram devidamente auditadas pelo auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu (DTT).

Por fim, o Comitê recomenda que as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 sejam encaminhadas para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Eleazar de Carvalho Filho  
Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024  
Fernando Dal-Ri Múrcia  
Especialista Contábil e de Auditoria

Christophe Hidalgo

Renan Bergmann

Gisélia da Silva

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

Diretoria

Marcelo Pimentel  
Diretor Presidente

Rafael Russowsky  
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, emitido nesta data.

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

Diretoria

Marcelo Pimentel  
Diretor Presidente

Rafael Russowsky  
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Brasileira de Distribuição

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Operações Descontinuadas - Distribuição da Subsidiária Êxito aos Acionistas

## Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.2, nº 7, nº 32 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o 2º semestre de 2022, a Companhia anunciou suas intenções e planos para o desinvestimento de sua subsidiária Almacens Êxito S.A. ("Êxito"). A transação foi concluída no 2º semestre de 2023, com a distribuição de ações representativas de 83% de participação no Êxito aos acionistas da Companhia, deixando de exercer o controle e consolidando os resultados dessa subsidiária até 31 de julho de 2023. O resultado desta transação está apresentado como operações descontinuadas, no valor de R\$1.555 milhões, incluindo a reciclagem do resultado abrangente, no valor de R\$1.360 milhões, e remensuração da parcela remanescente do investimento, representativa de 13,31% de participação no Êxito, no valor de R\$760. Esta participação foi liquidada e o valor integralmente recebido em período subsequente.

A contabilização dessa transação foi considerada um principal assunto de auditoria em virtude: (i) da complexidade e significância dos montantes envolvidos; (ii) dos julgamentos significativos efetuados pela Diretoria na determinação do tratamento contábil e do momento da contabilização dos efeitos de resultado na conclusão da transação, incluindo a reciclagem do resultado abrangente, bem como da classificação e mensuração do investimento remanescente; e (iii) do processo não rotineiro e dos julgamentos utilizados pela Diretoria para compilar dados financeiros históricos para apresentação de operações descontinuadas. Esses aspectos requerem um alto grau de julgamento do auditor e uma maior extensão de esforço ao realizar procedimentos de auditoria para avaliar a razoabilidade das conclusões contábeis alcançadas pela Diretoria e as respectivas apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à identificação e ao tratamento de transações não usuais significativas, incluindo aquelas específicas às operações descontinuadas.

- Avaliamos o tratamento contábil, incluindo os julgamentos da Diretoria, relacionados à desconsolidação e baixa dos investimentos no Êxito, por meio de: (i) inspeção e discussão da documentação suporte preparada pela Diretoria, incluindo o memorando técnico contábil; (ii) leitura das atas de reunião do Conselho de Administração; (iii) leitura e avaliação dos contratos subjacentes e outras informações; e (iv) avaliação de evidências contraditórias com base em nosso entendimento do negócio.

- Testamos os efeitos contábeis resultantes da transação, incluindo:

- Inspeção dos contratos de distribuição de ações relacionados para obter uma compreensão dos ativos e passivos incluídos no escopo da transação de distribuição de ações, comparando os valores com os registros contábeis e as respectivas movimentações no patrimônio líquido.

- Teste sobre os valores reciclados da conta de "ajuste de avaliação patrimonial", classificada no patrimônio líquido, para o resultado do período, incluindo os efeitos na demonstração do resultado abrangente.

- Teste documental e recálculo da parcela remanescente do investimento em Êxito, bem como sua classificação no balanço patrimonial.

- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos as implicações e efeitos tributários desta transação.

- Avaliamos as apresentações e divulgações, incluindo o resultado abrangente e notas explicativas, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado nas transações acima descritas e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS e PIS/COFINS

## Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - ICMS no valor de R\$660 milhões e créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R\$2.190 milhões, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente desses impostos a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura desses impostos a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na auditoria de ICMS para certos estados da Federação.

A adição da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos (estadual e federal) e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.

- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.

- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.

- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.

- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Provisões e contingências tributárias

## Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria registrou provisões no montante de R\$1.108 milhões. Ainda, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R\$13.376 milhões em 31 de dezembro de 2023, para os quais não foi registrada provisão. A Companhia também é responsável por certos processos administrativos e judiciais, em decorrência de acordos de indenização de operações de subsidiárias alienadas, totalizando R\$1.739 milhões, para os quais não foi registrada provisão, bem como está sujeita a ser reembolsada por seus antigos e atuais acionistas controladores em uma determinada discussão tributária, no valor de R\$2.425 milhões. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos externos da

Companhia. A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um alto grau de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a identificação e avaliação de processos e administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados a contingências tributárias.

- Efetuamos a leitura e entendimento dos acordos de indenização celebrados pela Companhia.

- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.

- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:

- Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.

- Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.

- Desafiamos a avaliação da Diretoria usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.

- Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.

- Obtivemos representações formais dos executivos da Companhia.

- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

## DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório

Contador

CRC nº 1 SP 216175/O-7